



DIÁRIO

República Federativa do Brasil DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

ANO XLV — Nº 41

SÁBADO, 5 DE MAIO DE 1990

BRASÍLIA — DF

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 — ATA DA 46ª SESSÃO, EM 4 DE MAIO DE 1990

1.1 — ABERTURA

1.2 — EXPEDIENTE

1.2.1 — Mensagem do Senhor Presidente da República

Submetendo à deliberação do Senado Federal a escolha de nome indicado para cargo cujo provimento depende de sua prévia equiescência:

— Nº 115/90 (nº 407/90, na origem), referente à escolha do Dr. Olavo Drummond, para exercer o cargo de Ministro do Tribunal de Contas da União, na vaga decorrente da aposentadoria do Ministro Alberto Hoffmann.

1.2.2 — Offícios do Sr. 1º Secretário da Câmara dos Deputados

— Nº 18/90, comunicando a aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 21/90-Complementar, que estabelece, de acordo como art. 14, § 9º, da Constituição Federal casos de inelegibilidade, prazos de cessação e determina outras providências.

— Nº 19/90, comunicando o arquivamento do Projeto de Lei do Senado nº 91/83, que dispõe sobre representação contra lei ou ato normativo inconstitucional dirigida ao Procurador-Geral da Re-

pública, alterando o art. 2º da Lei nº 4.337, de 1º de junho de 1964.

1.2.3 — Discursos do Expediente

SENADOR JUTAHY MAGALHÃES — Estilo com que o porta-voz da Presidência da República responde críticas feitas ao Governo por Parlamentares. Resposta do Secretário-Geral da Presidência da República a requerimento de informação de S. Exª sobre a CPI da corrupção.

SENADOR AFONSO SANCHO — Má distribuição de renda no País.

SENADOR JOÃO MENEZES — Providências tomadas pelo Presidente Fernando Collor na área de Saúde Pública.

SENADOR CARLOS PATROCÍNIO — O problema dos idosos no País.

SENADOR NEY MARANHÃO — Sintonia do Poder Legislativo com a vontade nacional ao aprovar o Plano Brasil Novo.

SENADOR JOÃO LOBO — Sentido das declarações do Dr. Egberto Baptista, Secretário Nacional de Desenvolvimento Regional, sobre o Nordeste.

SENADOR JOSÉ AGRIPINO — Deterioração do porto-ilha de Areia, no Rio Grande do Norte.

SENADOR ODAÍR SOARES — Clima de desesperança da população de Rondônia, face a má administração do Governo local.

1.2.4 — Comunicações da presidência

Recebimento da Mensagem nº 114/90 (nº 406/90, na origem), pela qual o Senhor Presidente da República comunica ter designado o Vice-Presidente da República para chefiar a Missão Especial Brasileira à posse do Presidente da Costa Rica.

— Inexistência de quorum para o prosseguimento da sessão e designação da Ordem do Dia da próxima sessão.

1.3 — ENCERRAMENTO

2 — SECRETARIA GERAL DA MESA

— Resenha das matérias apreciadas de 1º a 30 de abril de 1990.

3 — ATAS DE COMISSÕES

4 — MESA DIRETORA

5 — LÍDERES E VICE-LÍDERES DE PARTIDOS

6 — COMPOSIÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES

EXPEDIENTE
CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL

PASSOS PÓRTO
Diretor-Geral do Senado Federal
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor Executivo
CESAR AUGUSTO JOSÉ DE SOUZA
Diretor Administrativo
LUIZ CARLOS DE BASTOS
Diretor Industrial
FLORIAN AUGUSTO COUTINHO MADRUGA
Diretor Adjunto

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL
Impresso sob a responsabilidade da Mesa do Senado Federal

ASSINATURAS

Semestral Cr\$ 1.069,00

Tiragem 2.200-exemplares.

Ata da 46ª Sessão, em 4 de maio de 1990

4ª Sessão Legislativa ordinária, da 48ª Legislatura

Presidência do Sr. Pompeu de Sousa

ÀS 9 HORAS, ACHAM-SE PRESENTES OS SRS. SENADORES:

Odacir Soares — Jarbas Passarinho —
Afonso Sancho — Francisco Rollemberg —
Lourival Baptista — Pompeu de Sousa.

O SR. PRESIDENTE (Pompeu de Sousa)

— A lista de presença acusa o comparecimento de 6 Srs. Senadores. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O Sr. 1º Secretário procederá à leitura do Expediente.

É lido o seguinte

EXPEDIENTE

**MENSAGEM DO SENHOR
PRESIDENTE DA REPÚBLICA**

Submetendo à deliberação do Senado a escolha de nome indicado para cargo cujo provimento depende de sua prévia aquiescência:

MENSAGEM Nº 115, DE 1990
(Nº 407/90, na origem)

Excelentíssimos Senhores membros do Senado Federal

Nos termos e para os efeitos do disposto no parágrafo 2º, inciso I, do art. 73, e no inciso III, alínea b, do art. 52 da Constituição, submeto à apreciação do Senado Federal o nome do Doutor Olavo Drumond, para o cargo de Ministro do Tribunal de Contas da União, em vaga decorrente da aposentadoria do Ministro Alberto Hoffmann.

Os méritos do Doutor Olavo Drumond, que me levaram a indicá-lo, para compor o

Tribunal de Contas de União, estão resumidos no *curriculum vitae* em anexo.

Brasília, 3 de maio de 1990. **Fernando Collor.**

Curriculum Vitae
Olavo Drumond

Rua Piauí, nº 640 9º andar 67-5191 (res.)
01241 — São Paulo — SP2233-5985 (Trib.)

RESUMO DAS ATIVIDADES

Atualmente conselheiro do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo e Corregedor. Ex-Vice-Presidente do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo.

Diretor Financeiro e Diretor de Recursos Humanos da VASP — Viação Aérea São Paulo S/A.

Procurador da República em São Paulo, durante seis anos.

Procurador da República junto ao Supremo Tribunal Federal, durante onze anos.

Procurador da Fazenda Nacional.

Delegado do Brasil nos Estados Unidos, Marinha Mercante, Área do Golfo do México, com sede em New Orleans.

Secretário da Presidência do Banco do Brasil.

Deputado Estadual.

Formado em Direito pela Universidade Federal de Minas Gerais.

HISTÓRICO PROFISSIONAL

Cargos e Funções Públicas

1954/58 — Deputado Estadual;
Suplente de Deputado Federal pelo PSD Mineiro;

1958 — Procurador da Fazenda Nacional,
1959 — Secretário da Presidência do Banco do Brasil;

1960 — Delegado do Brasil nos Estados Unidos, Marinha Mercante, Área do Golfo do México, com sede em New Orleans.

1962 — Procurador da República junto ao Supremo Tribunal Federal em Brasília, durante onze anos, onde elaborou aproximadamente, dez mil pareceres;

1973 — Procurador da República em São Paulo;

1979 — Diretor Financeiro, durante o primeiro ano, e Diretor de Recursos Humanos, durante dois anos, da VASP — Viação Aérea São Paulo S/A;

1981 — Nomeado Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, função atual, acumulando a Corregedoria.

Magistério Secundário e Superior

1948 — Professor da Escola Rafael Magalhães, nomeado pelo Governador Milton Campos.

1976 — Vice-Diretor dos Cursos de Especialização das Faculdades Metropolitanas Unidas — FMU — Licenciado.

1984 — Vice-Diretor da Associação Tibiriçá de Educação.

Outras Atividades

Entre 1936 e 1940:

— Contínuo do Cartório do 3º Ofício da Comarca de Araxá.

Entre 1945 e 1954

— Redator do Estado de Minas,

— Redator do Diário da Tarde,

— Redator da Rádio Inconfidência,

— Redator de Debates do Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais.

Secretário da Presidência do Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais,

Entre 1962 e 1973

Participante da fundação do Hospital Santa Lúcia, em Brasília;

Participante da construção do Iate Clube de Brasília;

Presidente do Conselho do Iate Clube de Brasília, durante oito anos;

Examinador do Concurso de Direito Administrativo prestado por categorizados assessores do Senado da República, a convite do Presidente Petrônio Portela e do Senador Ney Braga;

Membro do Conselho Consultivo da Fundação Hilton Rocha, de Belo Horizonte;

Um dos seis Conselheiros Curadores, fundadores do Memorial J.K. de Brasília.

OBRAS E TRABALHOS PUBLICADOS

Membro da Academia Mineira de Letras, cadeira nº 12, na vaga do Dr. Tancredo Neves.

Livro de poemas "Noite do Tempo", editado em 1976, bem acolhido pela crítica de São Paulo e Brasília, prefaciado por Juscelino Kubitschek.

Livro de poemas "Ensaio Geral", editado em 1984, pela Editora Nova Fronteira, com grande sucesso em São Paulo e Belo Horizonte, prefaciado por Pedro Nave.

Livro de contos "Ordens do Cardeal", editado em 1984, pela Editora Salamandra, prefaciado por Gerardo Mello Mourão.

Lançamento, em 25-6-87, do Livro "O amor deu uma festa", contos.

No prelo, livro de verbete intitulado "A fuga do trivial".

Autor da Oração do Aviador, oferecida ao Ministério da Aeronáutica.

Autor da Oração do Soldado, oferecida ao Ministério do Exército.

Autor da apresentação do álbum oficial da Exposição dos pintores da Arte Moderna Brasileira em Paris, realizada no Museu de Arte Moderna da França, em 1988.

EDUCAÇÃO

1946 a 1950 — Direito
Universidade Federal de Minas Gerais

DISTINÇÕES E CONDECORAÇÕES

Medalha do Mérito Legislativo, outorgada pela Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais;

Medalha do Mérito Santos Dumont, outorgada pelo Ministério da Aeronáutica;

Medalha de Honra da Inconfidência, por decreto do Governador de Minas Gerais;

Grande Medalha de Honra da Inconfidência, por decreto do Governador de Minas Gerais, em 1979;

Medalha da Ordem da Solidariedade;
Grande Medalha da Ordem da Solidariedade;

Comendador e Conselheiro da Academia Brasileira de História;

Medalha e Diploma de Pioneiro de Brasília;

Medalha Santos Dumont, por decreto do Governador de Minas Geiras, em 1979;

Condecoração da Legião do Mérito Presidente Antonio Carlos, e Medalha Cívica e

Cultural Diogo Antonio de Feijó — Regente Feijó, em novembro de 1979, outorgada pelo Instituto Internacional de Heráldica e Genealogia do Rio de Janeiro;

Medalha Euclides da Cunha, conferida pelo Clube dos Estados, em dezembro de 1979;

Medalha do Mérito, concedida pelo Sindicato dos Aeroviários;

Diploma de Sócio Emérito, concedido pela Associação dos Comissários de Vão do Brasil;

Comendador da Legião do Mérito Presidente Antonio Carlos;

Comendador da Cruz do Mérito Cívico e Cultural, conferida pela Sociedade Brasileira de Heráldica e Medalhística.

Medalha do Mérito de Brasília, outorgada pelo Governo do Distrito Federal, em 1986.

Medalha Santos Dumont, outorgada pelo Governo de Minas.

Medalha da Ordem do Mérito Militar, outorgada pelo Ministério do Exército, em 1987, por decreto do Sr. Presidente da República.

Medalha da Ordem do Mérito Aeronáutico, outorgada pelo Ministério da Aeronáutica, em 1987, por decreto do Sr. Presidente da República.

Colar do Mérito da Justiça de Contas.

DADOS PESSOAIS

Filiação — Pai: Salomão Drumond

Mãe: Hermantina de Castro

Drumond

Naturalidade: Araxá — MG

Estado Civil: Casado

Data Nascimento: 31-8-1925

(À Comissão de Assuntos Econômicos)

OFÍCIOS DO PRIMEIRO SECRETÁRIO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS

Nº 18/90, de 27 de abril, comunicando a aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 21, de 1990-Complementar (nº 231/90, naquela Casa), de autoria do Senador Jarbas Passarinho, que estabelece, de acordo com o art. 14 § 9º da Constituição Federal casos de inelegibilidade, prazos de cessação e determina outras providências. (Projeto enviado à sanção em 27-4-90.)

Nº 19/90, de 3 do corrente, comunicando o arquivamento do Projeto de Lei do Senado nº 91, de 1983 (nº 8.588/86, naquela Casa), de autoria do Senador José Fragelli, que dispõe sobre representação contra lei ou ato normativo inconstitucional dirigida ao Procurador-Geral da República, alterando o art. 2º da Lei nº 4.337, de 1º de junho de 1964.

O SR. PRESIDENTE (Pompeu de Sousa)
— O Expediente lido vai à publicação.

Há oradores inscritos.

Concedo a palavra ao nobre Senador Jutahy Magalhães.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES (PSDB — BA. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, peço a atenção de V. Ex.s para o assunto que vou tratar neste

momento. Fiquei muito preocupado, até estarrecido, quando li, ontem, uma nota, bem pequena, na Seção "Painel" — o porta-voz do Governo já declarou que não fala por si, quando responde é em nome do Presidente da República — uma nota agressiva contra um Senador da República, porque teria criticado o Governo Collor. Como esse Senador teve a ousadia de criticar o Governo, vêm logo insinuações a respeito de sua honorabilidade.

Srs. Senadores, já conheço esse "filme", já tive oportunidade de contar a alguns Senadores o que acontecia no meu Estado; é um assunto realmente grave, porque esse estilo de responder às críticas com ofensas e violências nos leva a um confronto indesejável.

Já imaginaram S. Ex.ª aonde chegaremos se, à medida que fizermos uma crítica, recebermos esse tipo de resposta, passarmos não a responder ao porta-voz, porque já declarou que não fala por si, mas a ofender o Presidente da República?

Aonde iremos com esse confronto entre Legislativo e Executivo, de ataques pessoais contra a honra de quem quer que seja?

No meu Estado, Sr. Presidente, certa feita, fiz um pronunciamento na Assembleia e, no dia seguinte, ao me apressar para sair de casa, recebo um telefonema de alguém que começa dizendo: "Seu filho dessa, seu filho daquela!"

Como reconheci a voz — pelo menos imaginei, de início, reconhecer e depois vi que a conhecia —, era o Governador do Estado pessoalmente, que estava telefonando. Logicamente, S. Ex.ª recebeu a resposta devida e acabou chorando ao telefone.

Veja V. Ex.ª até onde podemos ir, Sr. Presidente. Notas como essa não devem ser respeitadas; ainda é tempo de o Presidente da República acabar com esse estilo. A crítica é válida, é necessária; a unanimidade — já dizia alguém — é burra! Fique satisfeito Sua Excelência com as homenagens que recebe, como recebeu em Uberaba, mas não dê respostas como essa aos Parlamentares, que têm o direito de criticá-lo com altitude, com ação democrática, que é inerente ao trabalho do Parlamentar.

Por isso, Sr. Presidente, aqui fica este protesto que mais uma vez faço. Ontem, foi contra um Deputado; hoje, é contra um Senador; amanhã, contra quem será?

Em contrapartida, quero ler também nesse mesmo Jornal — a coluna do Jornalista Carlos Chagas. Ontem, tive oportunidade de pedir a transcrição de uma das suas colunas. Hoje, vou pedir de mais outra. Tem o título *Esperterzas demais*, e diz.

CARLOS CHAGAS

Esperterzas demais

Bahia, 3-5-90

Brasília — Tem coisa no ar, além dos aviões de carreira. Porque não passou, senão recrudescer, a onda feita por certa imprensa contra o Congresso. Apenas por se tratar de um poder desarmado? Por que é mais fácil bater firma no lombo

coletivo de quinhentas pessoas? Por que excessos realmente existem no Legislativo? Por que o Executivo está bem adiante em matéria de contenção de gastos e despesas?

Todos seriam motivos, nenhum, ou sequer o conjunto, basta para explicar uma blitz radical e intolante como a que assistimos ainda hoje, sobre Câmara e Senado. Tem mais coisa por trás, acima e além, mesmo, da simples vontade de bacular o Palácio do Planalto.

A poeira ainda não assentou, mas já se definem os contornos dessa triste operação. Pretende-se, na verdade a desmoralização do Congresso. A criação de condições para que ele não exerça na plenitude os poderes que a nova Constituição lhe deu. Acuados e permanentemente na defensiva, ainda mais em seu último ano de mandato, deputados e senadores não teriam tempo nem condições para votar, por exemplo, as mais importantes leis complementares imprescindíveis ao funcionamento das instituições. Como a que limita os juros bancários em 12 por cento ao ano. Ou a que cria ao Conselho Nacional de Comunicação Social. Deixaria de ser votado em regime de urgência, como parece que já deixou, a lei disciplinadora das medidas provisórias, capaz de acabar com o festival ainda recentemente encenado. Da participação dos empregados no lucro das empresas, nem se fala.

E quando coisa a mais que faria para o ano que vem e para um Congresso novo, possivelmente renovado em 80 por cento de seus integrantes? Repousa aqui a chave da equação. Setores postos na defensiva por conta das iniciativas do Executivo jamais agüentaram igual pressão do Legislativo, será é mesmo para mudar posturas, privilégios e sinecuras. Só o Governo federal fazendo fogo torna-se crítico para certas elites, mas com o Governo federal e o Congresso juntos, numa só metralhadora giratória, ficaria muito pior. Sendo assim, a máxima ainda consiste em dividir, senão para reinar, quem sabe para salvar-se.

Porque o novo Congresso, sabe Deus que composição terá. E levará pelo menos um ano para sistematizar-se e começar a agir. Até lá, os privilegiados terão encontrado suas fórmulas e seus jeitinhos para ficar debaixo de torneira, beneficiando-se com a água que vier dos cofres públicos. E pouca coisa terá mudado.

O Executivo, vive ainda um momento de presunção. De vaidade, imaginando-se dono de toda as decisões. Breve perceberá que sem o Congresso terá feito mais fumaça do que fogo. Então, a afia para cortar elites é acuar e limitar Câmara e Senado. Deixá-los sem espaço nem oxigênio para atuar, seja corrigindo excessos palacianos, seja integrando-se naquilo que constitui meta comum.

Certas coisas são claras, mas é difícil percebê-las em meio à confusão. Essa é uma delas. O Executivo deu a partida no combate às mordomias e adotou medidas moralizadoras de envergadura. É óbvio que ao Legislativo torna-se necessário atitudes do presidente da Câmara Paes de Andrade. Mas se os malandros de sempre interrompem a possibilidade de uma ação comum de governo e Congresso, através de pressões e intimidações sobre os parlamentares, pelo menos a metade da batalha estará ganha. E posicionam-se para a eleição de outubro imaginando poder agir para a escolha de quem não teve tão a sério a tarefa, de extinguir privilégios.

Parece irônico concluir, dessa forma quando as aparências são outras, mas será sempre bom não esquecer que tem gente muito esperta, do outro lado. Esperta até demais. Vale, porém, concluir com palavras de Aureliano Chaves. A esperteza, quando é demais, acaba comendo o esperto...

Sr. Presidente e Srs. Senadores, tinha um terceiro assunto também rapidamente, para abordar.

Quando fazia parte ainda da chamada CPI da Corrupção, fiz pedidos de esclarecimentos ao Executivo, dos que ontem recebi resposta. Aliás, devo elogiar a atitude do atual Secretário-Geral da Presidência da República, o Embaixador Marcos Coimbra, que encontrou no seu Gabinete uma resposta que já tinha sido encaminhada à antiga Casa Civil, desde 17 de agosto de 1988. Como havia ordens para não se encaminhar as respostas à CPI da Corrupção, esse processo estava trancado na gaveta daquele órgão.

Veja, Sr. Presidente, V. Ex.^a está aí se divertindo, como era o tratamento do Executivo com o Legislativo. Eu fiz as seguintes perguntas: quais foram os projetos ou programas do Governo Federal que, nos últimos três anos, distribuíram recursos subsidiados? Data da instituição do programa ou projeto e texto que o regulamenta; data do encerramento do programa ou projeto; quanto se dispendeu em moeda nacional e em Obrigações do Tesouro Nacional com programa ou projeto até esta data.

Veio uma resposta do Ministério da Fazenda, assinada pelo Sr. José Roberto da Silva, em que declara:

Ofício STN/ASTEC-88/2255

— Brasília (DF), 2 de agosto de 1988

Do: Assessor-Chefe da Assessoria Técnica da Secretaria do Tesouro Nacional
Para: Coordenadoria de Análise Legislativa da SAL

Senhora Coordenadora,

Refiro-me à CI-70/88, de 19-7-88, através da qual V. S.^a solicitou a esta Secretaria informações complementares ao contido no Ofício STN/GAB/88/1833, de 23-6-88, para efeito de subsidiar a resposta às indagações formuladas pelo Exm.^o Sr. Senador Jutahy Magalhães, que foram encaminhadas a este Minis-

tério pelo Sr. Presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito constituída pela Resolução nº 22/88 do Senado Federal.

2. A propósito, cumpre-me informar V. S.^a de que:

a) até 31-12-87, os diversos fundos e programas de fomento, anteriormente criados pelo Conselho Monetário Nacional e destinados a lastrear financiamentos rurais e agroindustriais, operações de garantia de preços mínimos de compra para os produtos agrícolas, a formação de estoques reguladores, o financiamento de exportações, etc., eram administrados pelo Banco Central do Brasil;

b) naquele órgão, as operações de que se trata eram contabilizadas segundo as regras da Contabilidade Bancária e de acordo com os ditames fixados pelo Conselho Monetário Nacional e, ainda pelo Tribunal de Contas da União;

c) apesar disso, nunca houve preocupação com a aferição de resultado financeiros, nem com a quantificação dos subsídios concedidos aos diversos segmentos da economia do País, sob a forma de juros favorecidos, rebates da correção monetária, incentivos fiscais, e outros mecanismos usualmente utilizados, razão pela qual os dados solicitados pelo ilustre Senador não se encontram registrados contabilmente;

d) o Decreto nº 94.442, de 12-6-87, determinou que na proposta do Orçamento Geral da União para 1988 deveriam constar todas as receitas e despesas do Governo Federal, inclusive os desembolsos relacionados com os programas de crédito anteriormente administrados pelo Banco Central do Brasil, subsídios e outras operações que fazem parte do denominado "Orçamento das Operações Oficiais de Crédito do Tesouro Nacional";

e) ao mesmo tempo, o Decreto nº 94.444, de mesma data, transferiu a esta Secretaria do Tesouro Nacional a gestão dos recursos dos Fundos e Programas de Fomento previstas no Orçamento das Operações Oficiais de Crédito, destinados a financiamentos rurais e agroindustriais.

f) em consequência, o Anexo V da Lei nº 7.632, de 3-12-87, que aprovou o Orçamento Geral da União para o presente exercício, contém todos os programas e operações oficiais de crédito, bem como os fundos públicos especiais de qualquer origem, embora não explicitie recursos para o pagamento de subsídios;

g) finalmente, esta Secretaria vem desenvolvendo trabalho no sentido de que, a partir de 1989, a Contabilidade da União passe a registrar em rubricas específicas os montantes de subsídios concedidos pelo Tesouro Nacional aos diversos setores da economia.

Atenciosamente. — José Roberto da Silva.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE
O ORADOR EM SEU PRONUNCIAMENTO:**

OF. SGM/ Em 21 de abril de 1990

Exmº Sr.
Senador Jutahy Magalhães
Senado Federal
Brasília — DF
Senhor Senador

Por determinação da Primeira Secretaria, encaminho a V. Excelência cópias das informações prestadas pelo Secretário-Geral da Presidência da República sobre a Resolução nº 22, de 1988.

Aproveito a oportunidade para reiterar a Vossa Excelência os protestos de estima e consideração. — Nerione Nunes Cardoso, — Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal.

Em 24 de abril de 1990

Aviso nº 309 AL/SG.

A Sua Excelência o Senhor
Senador Mendes Canale

DD. Primeiro Secretário do Senado Federal
Brasília — DF

Excelentíssimo Senhor Primeiro Secretário:

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência cópia do Aviso nº 1.077, de 17 de agosto de 1988, com esclarecimentos às indagações formuladas pelo Senhor Senador Jutahy Magalhães, Presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito, criada pela Resolução nº 22/88, do Senado Federal.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência protestos de elevada estima e consideração. — Marcos Coimbra, Secretário-Geral da Presidência da República.

AVISO Nº 1.077

Em 17-8-88

À sua Excelência o Senhor
Doutor Ronaldo Costa Couto
Ministro-Chefe do Gabinete Civil da
Presidência da República

Senhor Ministro,

Tenho a honra de encaminhar o Ofício STN/ASTEC-88/2255, de 2-8-88, no qual a Secretaria do Tesouro Nacional presta esclarecimentos às indagações formuladas pelo Senhor Senador Jutahy Magalhães e encaminhadas a esta Secretaria de Estado pelo Comissão Parlamentar de Inquérito criada pela Resolução nº 22/88, do Senado Federal.

Valho-me do ensejo para renovar a V. Exª protestos de estima e elevada consideração. — Mailson Ferreira da Nóbrega, Ministro da Fazenda.

OFÍCIO Nº 097/88 — CPI

Brasília, 29 de março de 1988

Ilustríssimo Senhor

Dr. Luiz Antônio Andrade Gonçalves

DD. Secretário do Tesouro Nacional

Brasília — DF

Senhor Secretário,

Na qualidade de Presidente da Comissão Parlamentar Inquérito constituída pela Resolução nº 22/88 do Senado Federal, nos termos do artigo 2º da Lei nº 1.579/52 combinado com o artigo 173 do Regimento Interno desta

Casa Legislativa, solicito de Vossa Senhoria, atendendo requerimento do Eminentíssimo Senador Jutahy Magalhães, prestar as seguintes informações, no prazo legal (Lei nº 1.079/50, art. 13, IV):

— Quais foram os Projetos ou Programas do Governo Federal que, nos últimos 3 (três) anos, distribuíram recursos subsidiados;

— Data da instituição do Programa ou Projeto e texto que o regulamenta;

— Data do encerramento do Programa ou Projeto;

— Quanto se despendeu — em moeda nacional — e em obrigação do Tesouro Nacional com o programa ou Projeto, até esta data.

Atenciosamente, — Senador José Ignácio Ferreira, Presidente da CPI.

O SR. PRESIDENTE (Pompeu de Sousa)

— Concedo a palavra ao nobre Senador Afonso Sancho.

O SR. AFONSO SANCHO (PFL — CE.

Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, as pessoas pessimistas e/ou iconoclastas, costumam levantar ácidas críticas contra nossos governos que, por desídia, teriam deixando que se formasse, no Brasil, um imenso contingente populacional que vive em grande pobreza, sem usufruir as benesses do desenvolvimento.

É inegável que nossa economia expandiu-se vertiginosamente, passando de um ciclo basicamente agrícola, em que predominava o cultivo da cana-de-açúcar, do café e, em menor escala, do algodão, para uma etapa de diversificação com melhoria do criatório e formação do maior parque industrial da América Latina, onde há setores que, por sua modernidade, podem competir com empresas similares do primeiro mundo.

Esse crescimento econômico, entretanto, não gerou uma distribuição de renda compatível com o aumento da riqueza, ampliando-se os bolsões de pobreza, especialmente nas regiões subdesenvolvidas (norte e Nordeste), a falta de um programa racional de controle da natalidade, não baseada em coerção mas em uma propaganda educativa, demonstrando as vantagens de contes as proles excessivos por métodos científicos anticoncepcionais, causou uma explosão demográfica que contribuiu significativamente para elevar o número de pessoas que chegam anualmente ao mercado de trabalho e não encontram ocupação.

Esses fatos são próprios de uma nação que ostenta uma imensa potencialidade mas que está apenas aflorando o manancial de riquezas, que, criteriosamente explorado a médio prazo, poderá reorientar a distribuição de renda nacional.

Entretanto, as aves agourentes que somente apontam as falhas em nosso País dão a entender que no primeiro mundo não há fome nem miséria, pois o Estado provê muito bem as necessidades de seus cidadãos.

Não mencionam as nações do terceiro mundo porque, em razão de fatores climáticos, educativos, raciais e econômicos, estas,

como é notório, são celeiros de miséria absoluta.

O fenômeno da pobreza é universal, desponta em nações riquíssimas onde se supõe que todos vivam em condições saudáveis, alheias aos problemas dos países subdesenvolvidos.

Esta afirmativa fundamenta-se em ampla reportagem publicada no Jornal *O Globo*, de 29 de abril último, onde se mostram pesquisas levantadas por profissionais competentes, assinalando como, em diversos países da comunidade econômica européia, bem como na Inglaterra e no Japão, existem milhões de pessoas vivendo em condições subumanas.

O que se verifica é que essas nações escondem seus males e falam apenas de suas riquezas, dando a falsa impressão de terem banido a pobreza de seu território.

Na Inglaterra, constatou-se a existência de cerca de dez milhões de habitantes que vivem nos limites da extrema pobreza, formando bolsões de miséria que lembram o terceiro mundo.

Existem pelas ruas de cidades como Londres, Manchester e Birmingham, meio milhão de mendigos, albergados em "cidade de papelão" — as tatchervilles — que se erguem todas as noites sob passarelas e viadutos, suportando as intempéries do frio regelante, no fim do outono e no inverno, expostos a doenças provocadas pela inclemência climática.

Esse fenômeno acentua-se no norte da Grã-Bretanha, onde Liverpool é considerada a cidade mais carente da Europa. Na Irlanda do Norte, há o mais elevado índice de desemprego.

Na Escócia, um relatório da igreja afirma que, em Glasgow, 31 por cento da população vivem nas fronteiras da pobreza.

Nas metrópoles, notam-se as favelas de concreto, erguidas na periferia, longe dos olhos dos turistas. Nas áreas citadinas onde moram esses pobres, os problemas enxameiam — falta de segurança nas ruas, decadência urbana, precariedade de transporte público, sobrecarga de serviços médicos, violência racial e sexual, tráfico de drogas e delinquência juvenil, onde a pobreza é mais acentuada o nível de desemprego nacional, que era de 26 por cento, sobe para 33. No final de março próximo passado a comunidade econômica européia doou quase 30 milhões de dólares em alimentos aos indigentes britânicos.

A Itália que realizou uma proeza extraordinária ao sair do fosso da destruição da Segunda Guerra para se tornar a quinta potência industrial do mundo abriga mais de cinco milhões de pobres — pouco mais de cinco por cento de sua população, que alojados em míseros barracos na periferia das grandes cidades, procuram colocação no mercado de trabalho. Raramente conseguem.

Várias cidades-satélites de Roma estão atulhadas de tais barracos, onde um imenso contingente humano leva uma vida típica do submundo, passando fome, sem higiene, sem as-

sistência médica, sem escolas, sem perspectivas de melhoria de vida.

Mendigos perambulam por todos os cantos, inclusive no centro urbano, amontoando-se no chão, dormindo ao relento, expostos às intempéries.

A Alemanha Ocidental, um dos países mais ricos do mundo, não foge a essa realidade. Há pouco mais de três milhões de pessoas — cerca de cinco por cento da população — em estado de extrema pobreza.

Em Bonn, muitos mendigos são molestados, sob a acusação de pretenderem aumentar sua renda proveniente da ajuda social, com esmolas. Em Stuttgart e Munique, circulam dia e noite pelas vias públicas mais de dois mil mendigos. O déficit de moradia é estimado em 1,2 milhão, agravado constantemente com a entrada de cidadãos vindos da Alemanha Oriental e 13 mil imigrantes do terceiro mundo. Com a reunificação da Alemanha o quadro deve ficar mais sombrio.

O Japão, que tem assombrado o mundo com seus avanços tecnológicos e o desempenho de sua economia, concentra em Tóquio a vida mais cara em todos os continentes, possuindo em contraste, um bairro denominado Sanay — abrigando cerca de dez mil homens e mulheres sujos, maltrapilhos, ébrios, formando um gueto de miséria que as autoridades nipônicas procuram dissimular. Esses miseráveis são apanhados diariamente por transportes de empresas de construção civil para realizar serviços eventuais à troca de salários irrisórios, obrigados ainda a pagar comissão à fazenda — uma máfia local — que se encarrega das contratações.

Outro recurso utilizado para sobreviverem é a venda de sangue, de forma ilegal, através de intermediários, sem respeito a cuidados sanitários — o que se julgou fosse prática comum apenas em países pobres, como o Brasil.

Apesar da ajuda de entidades filantrópicas, mais de 300 mendigos morreram de frio no ano passado, nas ruas de Tóquio.

É acentuado o número de mendigos em Moscou, havendo quem atribua seu crescimento à "perestroika" que, tendo mudado as regras econômicas, ainda não ajustou a economia aos novos sistemas de produção. Muitos pedintes são alcoólatras — muito comum na União Soviética. Os pedintes, segundo jornais soviéticos, fazem parte do cotidiano de Moscou, morando em terminais ferroviários, convivendo com a miséria e a desolação da falta de lares.

Na Suíça — nação onde o padrão de vida é dos mais altos do mundo — quem diria! — vivem 10 a 15 por cento de sua população em estado de pobreza (embora lá o conceito de pobreza se defina pela não incidência de pagamento de imposto de renda e, não por miséria absoluta).

Na poderosa confederação Helvética, pobre é quem não paga imposto. Alarmados com o crescimento da pobreza na Suíça, assistentes sociais e entidades humanitárias devem reunir-se no próximo mês, em Genebra, para debater o problema e encontrar soluções

que reduzam seus maléficos efeitos, já que erradicar a pobreza é uma falácia.

Recentes pesquisas indicam que, na Europa Ocidental existem atualmente mais de 44 milhões de pobres, representando mais de 10 por cento da população da Alemanha Ocidental, Bélgica, Dinamarca, Espanha, França, Grã-Bretanha, Grécia, Holanda, Itália, Luxemburgo e Portugal juntos.

O número de pessoas sem moradia foi calculado em um milhão, estimando-se em 13 milhões os desempregados na comunidade econômica europeia.

Por esta rápida exposição, pode-se concluir que a pobreza não é monopólio do terceiro mundo e, muito menos do Brasil, pois campeia, em menor ou maior escala, em todo planeta, em função de uma desigualdade humana que nenhum sistema econômico ou regime político conseguirá eliminar.

Ela depende de fatores e circunstâncias que existem desde a criação do mundo.

Temos confiança na potencialidade do Brasil, certos de que suas dificuldades atuais são meramente conjunturais, vencíveis a médio prazo, pela exploração racional de nossas riquezas e pela mudança de mentalidade de nossas elites em favor de um relacionamento mais justo e mais solidário entre o capital e o trabalho, que é exatamente o que o Presidente Fernando Collor, deseja para o nosso País.

Era o que tínhamos a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Pompeu de Sousa) — Concedo a palavra ao nobre Senador João Lobo. (Pausa.)

S. Ex.^a não está presente.

Concedo a palavra ao nobre Senador João Menezes.

O SR. JOÃO MENEZES (PDC — PA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, há poucos dias, foi noticiado o caso de um menino que morreu por falta de assistência médica em um dos hospitais da rede pública de Brasília.

O Presidente Fernando Collor solicitou imediatamente ao Ministro da Saúde, Dr. Alceni Guerra, esclarecimentos e quais as providências tomadas. Nessas condições, trago aqui algumas notas nas quais o Ministro Alceni Guerra dá os esclarecimentos necessários ao assunto. Sr. Presidente, Srs. Senadores, no exato momento em que o Ministro da Saúde, Alceni Guerra, denunciava o absentismo dos profissionais de saúde dos seus locais de trabalho (postos de saúde e hospitais), bem próximo daqui, no Hospital Regional de Planaltina, a Norte de Osamir Francisco de Andrade, um menino de 1 ano que, sem o socorro urgente e adequado, necessário ao seu caso, evidenciava, de forma concreta, o descaso e a negligência do atendimento a população nos nossos hospitais públicos.

O Ministro disse ao Presidente da República, na última sexta-feira, que a saúde no Distrito Federal não é diferente da saúde do Brasil. O que significa isso? Significa que o

sistema é anárquico, caótico, desordenado e que precisa de uma urgente reorganização para que fatos como este sejam eliminados do serviço público.

Não é com desculpas de baixos salários que vamos acomodar interesses de cidadãos que têm a responsabilidade de prestar assistência à população e que não cumprem o seu mais elementar dever. Esta posição distorcida e a burocratização dos sistemas é que produzem acontecimentos como o de Planaltina.

Não é a primeira vez que se noticia casos de omissão de socorro em unidades de saúde no País. Não estou afirmando que este tenha sido o motivo que levou Osamir à morte. Esta é mais uma constatação que agora cabe à Polícia Federal, mesmo porque o Ministro e o Secretário de Saúde do Governo já pediram a abertura de inquérito e uma investigação rigorosa sobre o fato.

O Ministro da Saúde tem dito — e nisto S. Ex.^a tem minha concordância — que irresponsabilidade no atendimento médico que prejudique o cidadão, seja do ponto de vista físico ou moral, deve ser punida pela Justiça.

Mas o que tem feito o Ministro da Saúde? Na última sexta-feira, Alceni Guerra já sinalizou como solucionar este problema. Numa operação conjunta com o Secretário de Saúde do Estado, começou um programa de reforma administrativa com um severo programa de desburocratização, para facilitar o acesso do cidadão ao sistema de saúde.

E fez um apelo, para que partilhemos com S. Ex.^a desta tarefa de conscientização dos profissionais de saúde. Acredito que podemos colaborar nesta ação utilizando todos os métodos de convencimento de que somos capazes.

Esse assunto foi muito debatido, e já temos aqui um editorial do *Jornal O Globo* intitulado "A Fraude mais do que falha", de 1.^o de maio. Sr. Presidente, esse problema de saúde e de hospital é um dos mais graves que o Presidente Collor encontrou para enfrentar. Estou certo de que o Ministro Alceni Guerra, com a sua capacidade e o seu interesse público, vai começar a desmatar os caminhos para dar solução ou, pelo menos, melhorar este gravíssimo impasse na vida administrativa brasileira que é a saúde pública.

Estou confiante em que o Presidente Collor, com todo o esforço, colocará sua atenção sobre o assunto e, com a colaboração do Ministro Alceni Guerra, esses fatos não deverão repetir-se.

Muito grato a V. Ex.^a Sr. Presidente.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE
O SR. JOÃO MENEZES EM SEU DISCURSO:**

**O Globo, 1.^o 5-90
FRAUDE, MAIS QUE FALHA**

Com os quatro males que o Ministro Alceni Guerra denunciou — corrupção, incompetência administrativa, partidização e absentismo dos profissionais — que se pode dizer da assistência do Estado brasileiro à saúde do cidadão contribuinte é que ela se formou imensa e acintosa fraude.

A contribuição recolhida mensalmente aos cofres do Estado por empregadores e empregados cria um direito líquido e certo. Não é um imposto de administração deixado a critério do Estado e suas prioridades. Ela é uma cota, para aquisição de determinados serviços e benefícios: a assistência à saúde e os diversos tipos de seguro social. E tem uma destinação reiteradamente definida em lei; o que faz com que a assistência à saúde, negada ou escamoteada, seja uma fraude, sem tirar nem por:

Contratos regidos por Direito Privado costumam se acautelar contra qualquer brecha; e até contra a simples aparência da fraude; há um mínimo de respeito mútuo entre as partes. Por que, então, se registram fraudes tão crônicas e revoltantes num contrato de assistência à saúde, em que o Estado brasileiro é mais que um interveniente — é parte, também?

É porque, ou o Estado vai muito mal, ou se omite: todos os males apontados pelo Ministro da Saúde incriminam, de uma forma ou de outra, o Estado. Se a assistência à saúde está comprometida por corrupção ou incompetência administrativa, é doença interna do Estado, de que lhe cabe purgar-se.

Esse diagnóstico de assistência pública à saúde no Brasil, que nada tem de exagerado até porque nada tem de novo, está nas mãos do Congresso Nacional, através da Comissão de Seguridade Social e Família da Câmara. E o Congresso não pode se considerar livre de qualquer dever e responsabilidade apenas por ter colhido o depoimento do Ministro Alceni Guerra: cumpre-lhe apoiar o Executivo, a fim de dar sentido prático e eficácia aos direitos inscritos na Constituição.

Apoiar o Executivo, para que possa punir exemplarmente a corrupção e afastar a incompetência administrativa: a indulgência com uma ou outra resulta em lesão aos direitos adquiridos do cidadão. Apoiá-lo ainda na fiscalização severa dos que desafiam um dos princípios básicos da administração pública — a impessoalidade — ao fazer a triagem dos pacientes por sua filiação ou simpatia partidária. E na exigência de cumprimento do dever por parte dos profissionais que só comparecem ao trabalho — quando comparecem — para liquidação das fichas de atendimento.

A propósito, não fica bem à ética dos profissionais de saúde escusar-se pelo mau atendimento, alegando salários baixos, falta de equipamentos e de medicamentos; e o respeito ao paciente? E não fica bem ao civismo de uma gente do Estado: desde quando uma remuneração insatisfatória (mas recolhida pontualmente) justifica tratamento indecente ao paciente quite com o dever da contribuição? Deve haver algo mais estimular o profissional de saúde a assumir a condição de agente do Estado.

Das folhas se costuma dizer que elas não têm causa eficiente; têm causas deficientes — e com esse raciocínio se dilui a responsabilidade, deixando que tais falhas se tornem crônicas, ainda quando críticas. E assim será, enquanto não se vier mais que simples falha,

não atendimento do Estado à saúde: enquanto não se vir uma fraude clara — como é exigido pela natureza contratual desse atendimento; e por qualquer senso de civismo e de responsabilidade social.

O SR. PRESIDENTE (Pompeu de Sousa) — Concedo a palavra ao nobre Senador Carlos Patrocínio.

O SR. CARLOS PATROCÍNIO — (PDC — TO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do arador.) — Sr. Presidente Srs. Senadores, nossa presença à tribuna do Senado Federal, nesta manhã de sexta-feira, é para relatar um dos aspectos mais importantes de uma problemática que nos aflige atualmente e que, por certo, nos afligirá muito mais nas próximas décadas. Trata-se do problema dos idosos no País.

O Brasil tem sido considerado e qualificado como "um País Jovem", não só pelos seus menos de 500 anos de existência — em comparação aos milênios de outros países — mas, especialmente, em razão de sua estrutura populacional, onde o número de pessoas com idade inferior a 25 anos é majoritário.

No entanto, essa característica tão assiduamente atribuída ao País está não só tendo reduzida sua importância, como servindo para encobrir uma realidade da qual poucos têm consciência: a população brasileira está envelhecendo.

Com a redução da mortalidade geral e infantil, bem como da taxa de natalidade — contrariando projeções estatísticas e previsões — o resultado foi o aumento da esperança de vida e, proporcionalmente, da presença de idosos em nossa população.

Em cerca de 100 anos — ou seja, do ano da Proclamação da República até agora — a longevidade dos brasileiros duplicou, pois, naquele ano, a esperança de vida era de 33 anos, enquanto hoje atingimos a média de 65 anos. Nos Estados do Sul e do Sudeste, chegamos a 75 anos embora nos Estados do Nordeste a média caia entre 15 e 20 anos por razões demasiadamente conhecidas.

Outro dado bastante significativo Sr. Presidente. Srs. Senadores, é que a maior taxa de crescimento populacional, em nosso País, se encontra na faixa etária superior a 60 anos atingindo 5% ao ano, percentagem que, nas próximas décadas, não deverá ser inferior a 3% ao ano. Enquanto isso, a população entre 5 e 15 anos deverá manter um crescimento da ordem de 0,5% ao ano.

De um contingente de quase 10 milhões de pessoas com mais de 60 anos (3,5 milhões tem mais de 70 anos de idade), segundo estimativas da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística — IBGE, daqui a cinco anos este número deverá ser de 12,3 milhões, subindo mais dois milhões, até o ano 2000. A previsão para o ano 2025 é de que tenhamos 35 milhões de idosos, subindo do 16º lugar para o 6º lugar entre os países com maior percentual de pessoas longevas.

Não pretendemos, ao apresentar esses números e percentuais, fazer um exercício de

mero conhecimento mas, sim, fundamentar nossa argumentação de maneira mais clara e objetiva, para alertar os membros desta Casa para um problema que não é só nosso, mas de toda a sociedade brasileira. Apesar do evidente quadro de envelhecimento da população, as ações concretas, no que concerne a essas pessoas, ainda são incipientes e insuficientes.

Embora devamos reconhecer que alguns esforços vêm sendo empreendidos por algumas instituições governamentais, como o Ministério da Saúde, o Ministério do Trabalho e da Previdência Social, inclusive através da Legião Brasileira de Assistência, bem como de instituições privadas, como o Serviço Social do Comércio — SESC, ainda resta muito a fazer pelos idosos.

Como integrante da Subcomissão do Idoso, instalados no Senado Federal, no ano passado, tivemos, Sr. Presidente e Srs. Senadores, a oportunidade de analisar e de conhecer amplamente o que se tem feito e o que se pretende fazer a respeito dos idosos. Planos existem, assim como programas e projetos em andamento ou a serem iniciados neste ano, mas há alguns aspectos da questão que merecem ser enfatizados, em busca de uma solução que contemple nossa ação política, a curto, médio e longo prazos.

Entre as dificuldades de implementação de uma política que não só concretiza o princípio expresso pela nossa Constituição, mas que estabeleça uma relação de integração ou de complementariedade entre as diferentes ações em benefício dos idosos, está a necessidade urgente de formação de recursos humanos.

Embora haja uma previsão de manter cursos de curta duração, como o de Saúde Pública na Terceira Idade, da Escola Paulista de Medicina, e o Treinamento em Geriatria Gerontologia, da Sociedade Brasileira de Geriatria e Gerontologia, onde um mil técnicos deverão ser treinados por ano, e de seminário sobre aspectos sociais e de saúde na velhice, sempre com apoio do Ministério da Saúde e, eventualmente, do Ministério da Educação da Organização Panamericana de Saúde e da Associação Nacional de Gerontologia, ainda estamos longe de atingir o cerne do problema.

Um levantamento feito no âmbito das universidades e escolas de nível superior brasileiras revela-nos uma realidade surpreendente: embora seja reconhecidas, de longa data, pela ciência médica, as peculiaridades fisiológicas e fisiopatológicas da chamada Terceira Idade, apenas cinco instituições, em todo o País, oferecem cursos de Geriatria e Gerontologia. São elas as Faculdades de Medicina de Rio Grande, de Porto Alegre, Rio Grande do Sul e Florianópolis, Santa Catarina, além da Escola Paulista de Medicina e do Hospital de Clínicas da Universidade de São Paulo. Essas matérias são optativas e não obrigatórias.

Igualmente, apenas quatro Escolas de Enfermagem, de nível superior, incluem em seus currículos a disciplina Enfermagem Geriátrica.

ca: duas em São Paulo (na Capital e em Ribeirão Preto), uma em Santa Catarina e outra, no Rio de Janeiro. Acresça-se a este quadro que esses conteúdos não são oferecidos em nenhum curso universitário de Farmácia, Odontologia, Nutrição, Fisioterapia e Educação Física.

Vejam, Sr. Presidente, Srs. Senadores, entre os cerca de 150 mil médicos atuando em nosso País, apenas 200 são especializados em Geriatria e Gerontologia, sendo que, dos 50 mil enfermeiros formados, nenhum deles tem essa especialidade. Ora, os estudos realizados nas últimas décadas demonstram que o organismo do idoso bem como sua psique, são dotados de características muito especiais, que o diferenciam dos outros indivíduos adultos, da mesma que as crianças apresentam toda uma gama de aspectos médicos bastante peculiares.

Um especialista desta área já constatou que, a ser mantida a situação atual, teremos no Brasil duas situações graves, de calamidade pública: de um lado, o menor abandonado, de outro, o idoso desamparado. Pois já em 1987 era constatada, através de pesquisa uma triste realidade: 4,5 milhões de idosos viviam em situação de penúria. Apenas 300 entidades, entre asilos, pensionatos, centros sociais e casas de saúde, abrigavam essas pessoas, quase sempre em condições totalmente contrárias às necessidades dessa faixa etária.

O Sr. Jutahy Magalhães — Permita-me V. Ex^a um aparte, nobre Senador Carlos Patrocínio?

O SR. CARLOS PATROCÍNIO — Com muito prazer, ouço o aparte do nobre Senador Jutahy Magalhães.

O Sr. Jutahy Magalhães — Eu queria apenas solidarizar-me com V. Ex^a pela manifestação, hoje nesta Casa. V. Ex^a e eu fazemos parte da Subcomissão que trata de estudos sobre os idosos, e estamos esperando apenas se eleja o seu Presidente, para que possamos fazer a reunião final, com apresentação do relatório sobre os debates ocorridos e as idéias apresentadas, a fim de que possamos apresentar nossas sugestões; uma delas é exatamente a que V. Ex^a acabou de abordar: fazer com que haja, em cada Estado, pelo menos, em uma Faculdade de Medicina de cada Estado obrigatoriamente, a Cadeira para atender a esse aspecto da Geriatria; também nas Faculdades de Enfermagem, Fisioterapia em todos os níveis porque, como V. Ex^a está explicando — o discurso de V. Ex^a é bem claro, lúcido e esclarecedor —, não temos, no Brasil, preocupação com idosos e, a cada dia, o nível da faixa etária está aumentando numa média muito acentuada em nosso País; por conseguinte, no ano 2.000, teremos uma quantidade enorme de idosos. Parabéns a V. Ex^a, espero que V. Ex^a seja ouvido pelas autoridades dessa área.

O SR. CARLOS PATROCÍNIO — Agradeço o valioso aparte de V. Ex^a, que é o idealizador dessa Subcomissão de Idosos, e dela participante ativo.

Continuando, Sr. Presidente Srs. Senadores: é bem verdade que temos alguns dados alentadores, como o fato de que 1/3 da população na faixa de 60-69 anos é economicamente ativa, enquanto 11,5% das pessoas com 70 anos ou mais participam de atividades econômicas. Cabe lembrar, aqui, que todas as pesquisas realizadas em diferentes países, constata que homens e mulheres na faixa de 55-65 anos, têm plenas condições de atuação no mercado de trabalho. Aliás, constata-se também que essas pessoas apresentam pouco problemas de saúde ou de caráter psicológico, o que não se verifica entre aqueles que estão aposentados ou sem atividade produtiva de qualquer ordem.

Por todas essas razões, urge, Sr. Presidente e Srs. Senadores sejam tomadas iniciativas, rápidas, e concretas no que concerne à formação de recursos humanos especializados no atendimento dos idosos, seja em termos assistenciais, seja em termos de saúde. No âmbito do Ministério da Saúde, a política que direciona o Programa de Saúde do Idoso tem base em quatro áreas: pesquisa, educação e promoção da saúde, formação de recursos humanos e assistência.

Desnecessário reafirmar, Senhores, que a pesquisa — seja através de levantamentos, investigações ou estudos — deve ser o ponto de partida de toda e qualquer ação que se pretenda séria e consequente, pois é a partir daí que se podem planejar programas e projetos realmente adequados à realidade nacional.

Nesse sentido, o Ministério da Saúde tem fomentado essas atividades em instituições acadêmicas e somado a essas ações o apoio de Instituições como a Organização Panamericana de Saúde, o Banco Mundial, buscando utilizar recursos provenientes de fundos de pesquisa Instituições governamentais como LBA e Institutos de Saúde de algumas capitais têm participado dessas pesquisas.

A área de promoção e educação em saúde, considerada muito importante, iniciou um trabalho que está voltado para a comunidade e os próprios serviços do setor saúde, através da divulgação de informações impressas, produção de programas de rádio e de televisão, na rede educativa e deverá intensificar ações e mecanismos que dizem respeito ao ensino à distância. Especificamente para os profissionais do setor têm sido traduzido e publicados artigos sobre Geriatria e Gerontologia, que já atendem a 3 mil pessoas, devendo esse número subir para 10 mil, na segunda fase do projeto.

Mas, o grande obstáculo, para uma efetiva e eficaz ação junto à população idosa de nosso País, é o fato de que a maioria dos técnicos em planejamento e execução da assistência à Terceira Idade não tem formação técnica — formal ou informal. E embora o Programa de Saúde do Idoso, do Ministério da Saúde, venha apoiando projetos de capacitação, nos Estados e Municípios, que já atingiram aqueles que atuam em planejamento e deverão, este ano, realizar um programa nacional para técnicos envolvidos em assistência e, em

1991, a formação dos agentes de saúde — ainda estamos longe do mínimo ideal.

O SR. João Lobo — Permite-me V. Ex^a um aparte nobre Senador Carlos Patrocínio?

O SR. CARLOS PATROCÍNIO — Com muito prazer, concedo o aparte ao nobre Senador João Lobo.

O Sr. João Lobo — Senador Carlos Patrocínio, quero parabenizar V. Ex^a pelo assunto que hoje aborda nesta Casa. Gostei, especialmente, da colocação da frase de V. Ex^a, quando fala do menor abandonado e do velho desamparado. E o mais trágico de tudo isso, caro Senador Carlos Patrocínio, é que a dureza da vida, a dureza do enfoque do mundo socialista e do mundo capitalista, não encontrando nenhum futuro na preservação, no estudo e no cuidado da velhice, porque não há futuro nela, deixa-a inteiramente largada e abandonada. Isso não só ocorre no mundo socialista, mas no capitalista também. A objetividade de tirar rendimento, de tirar qualquer proveito das atividades nas quais se investem, faz com que o homem despreze, cada vez mais, o velho, porque não há futuro na velhice. O menor abandonado pode ser cuidado, porque ainda tem todo um futuro à frente, mas o velho não. Então, é preciso que essa mentalidade seja criada, fomentada, na sociedade atual, para que o homem comece a se preocupar e a investir naquilo que será o futuro de todos nós, se não tivermos a felicidade de morrer novos. Quero parabenizar V. Ex^a pelo discurso que pronuncia neste momento.

O SR. CARLOS PATROCÍNIO — Agradeço o aparte do nobre Senador João Lobo que esclarece e enriquece o nosso pronunciamento, quando diz que, para a primeira idade — a infância, — ainda há investimento. Por exemplo: em todas as Faculdades de Medicina de nosso País, existe a matéria Pediatria e há também instituições de todos os tipos que cuidam da infância em nosso País, embora ainda existam milhões de crianças abandonadas. Mas, no que diz respeito à terceira idade, pouco se tem feito e, evidentemente, se não alertarmos a Nação, pouco se fará nos dias seguintes.

O Sr. Ney Maranhão — Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. CARLOS PATROCÍNIO — Ouço o aparte do nobre Senador Ney Maranhão.

O Sr. Ney Maranhão — Nobre Senador Carlos Patrocínio, V. Ex^a traz ao Plenário assunto de importância fundamental. Sabemos, Senador, que quando terminar esta década, teremos, no Brasil, mais de trinta milhões de brasileiros nessa idade. Muito bem disse o Senador João Lobo: "a velhice, aqui, é tratada — vamos ser francos, vamos ser reais — com desprezo; são pessoas que, para a população, já deram o que tinham que dar". Essa é a nossa mentalidade ocidental, que vem completamente de encontro aquilo que eu vi na Ásia, na China, no Japão, nos

países asiáticos, onde o velho, onde a terceira idade é ouvida, é tratada respeitosamente. Então, temos que mudar essa mentalidade, não só no Ocidente, mas também no nosso País. Portanto, o assunto que V. Ex^a traz é de importância fundamental, todos nós temos que nos conscientizar e fazer uma campanha séria, neste País, para mudar a mentalidade da população, porque as pessoas idosas são as que já conhecem a vida têm experiência, podem dar exemplos e guiar todos os setores da vida pública haja vista que um funcionário público, hoje, se aposenta e dificilmente consegue colocação numa firma; um homem, com 45 anos, tem muita dificuldade em arrumar emprego no País. Por quê? Porque já há a mentalidade de que o homem, nessa idade, não dá mais o que seria desejável; pelo contrário, está no auge, porque aprendeu, conheceu, tem experiência e pode dar muito para este País. Os exemplos são os dos países asiáticos. Portanto, parabéns a V. Ex^a por esse assunto importante que está abordando, neste momento, no Plenário do Senado Federal. Muito obrigado!

O SR. CARLOS PATROCÍNIO — Agradeço o aparte do nobre Senador Ney Maranhão, que corrobora com aquilo que disse o nobre Senador João Lobo. Parece que não se investe na terceira idade, porque o idoso não tem futuro, mas sabemos que é o idoso que dá o exemplo para as gerações vindouras.

O Sr. Jutahy Magalhães — Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. CARLOS PATROCÍNIO — Ouço o nobre Senador Jutahy Magalhães com muito prazer.

O Sr. Jutahy Magalhães — É mais uma complementação ao pronunciamento de V. Ex^a, porque, se prestar atenção, verá que no nosso Orçamento da República não tem rubrica para atendimento dos idosos. Não temos verbas específicas para o atendimento dessa faixa etária da população brasileira. Tive a oportunidade de apresentar uma emenda que foi aceita em parte. V. Ex^a se recorda da discussão que tivemos na Comissão, a respeito daquelas casas de assistência aos idosos? Tive a apreensão de apresentar uma emenda que desse recursos para que em cada Estado pudessemos ter essas casas que a Lei Brasileira de Assistência tem procurado criar mas não tem tido recursos. V. Ex^a sabe que os asilos, no País não sendo do Estado, são quase infamantes, e que aqueles particulares vivem da bondade do público, com recursos que muitas vezes não aparecem para o atendimento que se faz necessário aos idosos.

Também sabemos que o melhor atendimento é aquele que os idosos, durante o dia, possam ter seus momentos de lazer dentro dessas casas de assistência aos idosos, de atendimento médico inclusive, mas que continuem vivendo no âmbito da sua família, sem ficarem isolados, abandonados e desamparados naqueles asilos. Infelizmente, muito

deles estão por aí à vista de todos nós. Por isso acho que a nossa batalha deva ser de apresentar recursos específicos para esse atendimento, para que possamos, no futuro, dar uma assistência melhor aos idosos.

O SR. CARLOS PATROCÍNIO — Mas uma vez agradeço o aparte lúcido, como sempre, de V. Ex^a. Eu gostaria de dizer que, pelas reuniões que tivemos com inúmeros representantes da terceira idade chegamos a conclusão de que os asilos, muitos deles, hoje existentes, via de regra representam apenas um depósito de velhos mantidos por seus usuários que colaboram com uma taxa de meio salário mínimo, advindo da aposentadoria que o Funrural lhes paga. Normalmente, é isso que acontece. O Ideal seria que o cidadão pudesse ter o seu lazer, a sua recreação em um asilo a bem estruturado e à noite estivesse com seus familiares. Essa foi a conclusão.

O nobre Senador Jutahy Magalhães é um homem que se preocupa com isso e está procurando inserir uma rubrica para que possamos angariar do Poder Público os recursos necessários para o atendimento à terceira idade.

Continuando, Sr. Presidente, e Srs. Senadores, a área acadêmica precisa assumir o importante papel de formação dos recursos humanos necessários a uma ampla e profunda ação junto à população de nosso País. Desta tribuna, permito-me sugerir ao novo Ministro da Educação, Carlos Chiarelli, para que entre em contato com o Conselho Federal de Educação, no que tange a este assunto.

Como participante da Subcomissão do Senado Federal, coloco os relatórios e as atas das reuniões da Comissão à disposição do MEC, bem como todas as informações que obtivemos e que temos condições de obter, para que o CFE possa analisar a avaliar a urgente necessidade de incluir as cadeiras de Gerontologia e Geriatria, nos cursos de Medicina, Farmácia, Odontologia, Nutrição, Fisioterapia e Educação Física, como disciplinas obrigatórias.

Com efeito, Sr. Presidente e Srs. Senadores, tramita na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, um projeto de lei do eminente Senador Marcos Mendonça, instituindo a cadeira obrigatória nos cursos de Medicina, Farmácia, Odontologia, Nutrição, Fisioterapia e outros, em todas as faculdades estaduais ou federais, em cada Estado.

Mas parece-me que se trata de uma norma injurídica, já que compete ao Conselho Federal de Educação normatizar essas cadeiras nos cursos das faculdades. Por isso encarecemos ao nobre e eminente Ministro Carlos Chiarelli, para que, em contato com o Conselho Federal de Educação, possa agilizar a introdução dessas cadeiras nos cursos, ainda que seja apenas de Medicina, Fisioterapia e outros afins.

O Ministério da Saúde, por mais que se esforce numa ação bem estruturada e de ampla abrangência, não pode assumir, sozinho a responsabilidade integral por essa mudan-

ça. É preciso que o Ministério da Educação alie-se a esse trabalho de mudança, de caráter cultural, educacional e social, para que as ações voltadas para os idosos tenham a consistência e a abrangência que pretendemos.

O Congresso Nacional tem assumido sua parte de responsabilidade, ouvindo a sociedade, atuando como caixa de ressonância dos anseios e das necessidades da população brasileira e, especialmente, das minorias, como os idosos. Temos concretizado esses anseios e necessidades através de ações e de leis que encontram respaldo na nossa Carta Magna, na qual o idoso mereceu o espaço que lhe devemos dar.

Unamos todos os nossos esforços, cada um em sua área de atuação, para que esses mais de dez milhões de homens e mulheres, que já deram sua contribuição para a riqueza humana e social dessa Nação, tenham a possibilidade de viver o ocaso de suas vidas de forma digna e proveitosa, podendo olhar para trás e pensar que o tempo de suas vidas e o espaço de suas realizações realmente valeram a pena.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem! Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Pompeu de Sousa) — Concedo a palavra ao nobre Senador Ney Maranhão.

O SR. NEY MARANHÃO (PRN — PE. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, após a votação e aprovação das medidas provisórias, articulistas de alguns jornais afirmaram que o Executivo foi vitorioso no Congresso, que o Congresso deu um voto de confiança ao Poder Executivo e que confirmava as tradições do Brasil velho.

Sr. Presidente, não se pode falar de uma vitória do Poder Executivo no Congresso como se fosse o esmagamento desse poder por aquele. O Congresso, na verdade, viveu e realizou intensamente sua soberania, soberanamente agiu. Apurou aquilo que poderia ser apurado e, não mexendo na coluna vertebral do plano do Brasil Novo, aprovou-o em sua integridade.

É que o Congresso, Sr. Presidente, esteve e está sempre em sintonia com o sentimento do povo que, em sua maioria, votou no Presidente Collor e no seu programa de governo. O brasileiro, como um todo, esperava uma atuação do Governo, fosse ele quem fosse, para que desse um "basta" na inflação. E o Congresso Nacional tinha e tem o mesmo sentimento: algo deve ser feito para que, através da inflação, não caísse o país no abismo sem retorno. Se se modificasse o plano em sua linha mestra, seria inviabilizar o combate a hiperinflação. Foi por isso, com os aperfeiçoamentos realizados, que o Congresso Nacional apoiou o Plano Brasil Novo. Não houve uma vitória do Poder Executivo sobre o Legislativo, mas, sim, uma sintonia entre o Legislativo e o apelo nacional.

O Sr. João Menezes — Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. NEY MARANHÃO — Com prazer ouço V. Ex^a

O Sr. João Menezes — V. Ex^a faz muito bem em focalizar esse assunto entre os Poderes Executivo e Legislativo. Não existe vitória do Poder Executivo nem do Legislativo no andamento dos processos, onde cada um cumpre o seu dever. O Presidente da República cumpre o seu, mandando para cá as mensagens que julga necessárias para a estabilização do seu Governo, e o Congresso, também, cumpre o seu dever, aprovando ou negando essa ou aquela medida. Durante a discussão do Plano Brasil Novo algumas mensagens receberam mais de mil emendas apresentadas pelo Congresso. Essa é a prova evidente de que cada um está agindo dentro da sua seara. Com a votação, o Congresso decide se aprova essa ou aquela medida, mas nunca há vitória do Congresso ou vitória do Poder Executivo. V. Ex^a faz muito bem em frisar esse assunto, pois precisamos acabar com essa história de disputa entre o Executivo e o Legislativo. Precisamos é trabalhar, o Poder Executivo na sua área e o Legislativo na sua. Muito obrigado.

O SR. NEY MARANHÃO — Agradeço o aparte de V. Ex^a

Sabemos que o Poder Legislativo é a caixa de ressonância da opinião pública do povo brasileiro. Somos um poder desarmado e precisamos, no meu entender, que a imprensa falada, escrita e televisionada, dê mais cobertura ao que este Congresso faz em termos de defesa do País, e deixe de dar informações pequenas, tentando denegrir a imagem do Congresso. Sabemos que muitos Deputados e Senadores vão à tribuna tratar de assuntos de interesse da Nação. Outro dia a imprensa deu uma notícia pequena, sem nenhum reflexo, mas quando se trata de qualquer assunto para denegrir a imagem do Congresso é estampado na primeira página dos jornais, o que deve ser mudado, porque quanto mais denigrem a imagem do Congresso mais se enfraquece a democracia. Muito obrigado a V. Ex^a

O Sr. Jutahy Magalhães — Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. NEY MARANHÃO — Ouço V. Ex^a com muita atenção.

O Sr. Jutahy Magalhães — Vou apartear-lo não só pelo apreço que tenho a V. Ex^a, pela certeza que tenho de que, quando V. Ex^a manifesta sua opinião, representa realmente o seu pensamento,...

O SR. NEY MARANHÃO — Muito obrigado a V. Ex^a

O Sr. Jutahy Magalhães — ... mas principalmente na qualidade de Vice-Líder do Governo. Quero aproveitar a presença de V. Ex^a na tribuna, já que não pôde estar aqui no início desta sessão, quando manifestei o meu quase desapontamento e minha preocupação com uma nota publicada ontem na coluna Pánel, de autoria do porta-voz do Go-

verno. Como V. Ex^a sabe, o porta-voz concedeu uma longa entrevista, dizendo que ele não fala por si, principalmente quando se manifesta a respeito de parlamentares, mas fala representando o pensamento do seu Chefe, o Presidente da República. As perguntas feitas foram muito explícitas, tais como as respostas dadas, dizendo que ele não diz o que pensa, mas o que o Presidente pensa, o que o Presidente quer que ele diga. Se V. Ex^a teve a oportunidade de ler a citada coluna, terá tido a oportunidade de verificar que um Senador fez críticas ao Governo. Como ontem o Líder do PMDB havia feito um discurso de críticas ao Governo e recebeu aquela resposta indelicada — todos aqui a condenaram — esse Senador também recebeu a resposta indelicada — no meu entendimento não a merecia — da parte do Presidente. Peço a V. Ex^a que transmita ao Planalto que não é aceitável esse tipo de política que está sendo feita. A crítica, como V. Ex^a acabava de dizer, é um direito deste Congresso; é um direito dos Congressistas. Se o Presidente passa a ofender a honra do Senador ou do Deputado porque este lhe faz alguma crítica em nível elevado, V. Ex^a pode imaginar o que irá acontecer no futuro, quando isso ocorrer com um Senador ou Deputado que tenha pavio curto e dê a resposta diretamente ao Presidente e não ao porta-voz. Isso não trará nenhum benefício à democracia do nosso País. É hora de se dizer um basta. Um Colega nosso é atingido e não temos nada com isso pois só nos importamos quando essas balas atingem a nós próprios? Não! Se um Companheiro é atingido, todos devemos ter cuidado para que isso não se repita, amanhã, conosco. Por isso Vice-Líder do Governo, preste atenção a essas coisas, para que não se repitam mais no futuro.

O SR. NEY MARANHÃO — Nobre Senador Jutahy Magalhães, sabemos no Senado que, quando V. Ex^a intervém em qualquer assunto, de qualquer natureza, V. Ex^a o faz com a responsabilidade do mandato que o povo lhe conferiu e, acima de tudo, como uma pessoa que sabe o que quer e tem o respeito da Nação.

Concordo com V. Ex^a em número e grau nesse assunto. Tenho um exemplo, nobre Senador Jutahy Magalhães. Há muito tempo, naquele episódio do AI-5, em 1969, quando o Deputado Márcio Moreira Alves pronunciou um discurso na Câmara dos Deputados e pediram a sua cabeça, fui um dos Deputados, nobre Senador, que lutaram, que negaram a licença para processar o Deputado Márcio Moreira Alves. Inclusive, havia, naquela época, da parte dos homens que estavam no poder, a ameaça de que quem votasse com Márcio Moreira Alves seria cassado. É pena não estar presente hoje — está num bom lugar, junto ao Senhor — o General Cordeiro de Farias, meu amigo, a quem eu disse pessoalmente: "General, se depender do meu voto para defender um Colega, defender um Parlamentar, pode cassar o meu mandato e me botar na primeira lista".

E foi justamente o que aconteceu: fui cassado, tive os meus direitos políticos suspensos.

Sou homem de Governo, Senador Jutahy Magalhães. Fui o primeiro Senador a apoiar o Presidente da República mas, homem intransigente, defendo o Congresso, defendo o Senador, defendo o Deputado, defendo esta Instituição, de qualquer jeito, porque já sofri, na própria pele, esse tipo de problema que todos nós conhecemos.

No meu entender, o Governo tem, na minha pessoa, na pessoa dos Líderes no Senado e na Câmara, a resposta à altura para qualquer debate as críticas feitas ao Governo. São os Líderes na Câmara e no Senado que têm obrigação de defender, não qualquer pessoa, qualquer Ministro que venha a destituir um Senador ou um Deputado.

Portanto, nesse ponto, conungo com o ponto de vista de V. Ex^a. Muito obrigado.

O Sr. João Menezes — V. Ex^a concederia um aparte, nobre Senador?

O SR. NEY MARANHÃO — Com muito prazer, nobre Senador.

O Sr. João Menezes — Apenas um esclarecimento nesse assunto, porque o eminente Senador Jutahy Magalhães faz um exame desse caso que V. Ex^a está tratando, mas há algo que precisa ser acentuado.

O SR. NEY MARANHÃO — Apenas para complementar. Estou respondendo ao aparte do nobre Senador. Não li o artigo sobre as declarações do porta-voz do Governo.

O Sr. João Menezes — Perfeitamente. O que quero lembrar ao Senador Jutahy Magalhães, que ofensa maior dirigiu o Líder do PMDB aos Congressistas, quando disse que eles estavam sendo cooptados para votar a proposta do Governo. Acho que não pode haver ofensa maior do que essa.

O SR. NEY MARANHÃO — É verdade.

O Sr. João Menezes — Então, a ofensa para os Congressistas vem do próprio Congresso, vem de um representante do maior Partido desta Casa, o PMDB. Muito obrigado a V. Ex^a

O SR. NEY MARANHÃO — Muito obrigado.

Podemos até concordar, Sr. Presidente, com a afirmativa de que o Legislativo deu um voto de confiança ao Governo no combate à inflação. E este voto se baseou simplesmente no princípio de que alguma coisa tinha que ser feita. E o que se apresentou para ser feito, com o aval do Congresso Nacional, foi a aprovação do plano. Não foi a vitória de um poder sobre outro, mas a vitória do bom senso. A vitória do nosso País.

Disseram, Sr. Presidente, que as tradições do Brasil Velho funcionaram para que o Plano do Brasil Novo fosse aprovado. Na helice dos costumes políticos do Brasil, segundo articulistas, "o costume de os parlamentares submeterem suas decisões ao gosto dos governantes". Isto não é verdade, Sr. Presi-

dente. A maioria absoluta dos parlamentares brasileiros não é e nunca foi subserviente ao Poder Executivo. Patriotas e cumpridores de seus deveres, antes de se venderem ao Poder Executivo, estão muito mais preocupados em sentir e dar uma resposta às necessidades do povo. Este sentimento sempre foi o voto e a maneira de votar dos parlamentares de hoje e de sempre. Hoje, mais do que nunca, a necessidade primeira do país é o combate à inflação. E votar segundo as necessidades do país não é ser subserviente a poder algum.

"Espírito de corpo", "lobbies cooperativistas", "sentimentos fisiológicos", "crise de identidade do sistema partidário", são críticas ou análises que discutidas não ficam de pé. O que acontece, Sr. Presidente, é que o atual Congresso não foi eleito com o Presidente Fernando Collor. Daí, a possibilidade real de colisão de anseios e não de colisão de interesses. Daí partiram as discussões muitas vezes acaloradas. Mas este Congresso, que no próximo outubro vai ser renovado, não faltou ao povo. Sentiu o apelo popular, sentiu a nova filosofia do Governo, sentiu que ou nos uníamos ou todos estaríamos perdidos, e sem fisiologismo, sem lobismo de qualquer espécie, votou com sua consciência e votou no melhor para o Brasil e para o povo.

Sr. Presidente, escreveu-se por aí que "o Congresso deixou a desejar como templo de ressonância dos anseios, expectativas, problemas e manifestação maior da sociedade. Ora, Sr. Presidente, em toda a história da vida política do País, o Congresso Nacional foi e continua sendo a caixa de ressonância de todos os anseios nacionais. E quando se quer acabar com a ressonância dos anseios do povo através do Congresso, o que a história registra é o golpe contra ele, fechando-o. De um tempo a esta parte, Sr. Presidente, há uma orquestração nacional, de ética duvidosa, de desmoralização do Poder Legislativo. É pena que isso aconteça, porque nenhuma democracia fica de pé com a desmoralização do Poder Legislativo. A história registra que toda vez que se desmoralizou o Poder Legislativo, a democracia foi sepultada. O Senado Federal, a Câmara dos Deputados, através de seus membros, têm que levantar a cabeça e a voz para dar um "basta" a essa tentativa de desmoralização que já está chegando às raízes do insuportável, e que, com certeza, é feita por interesses que não podem ser confessados. A nação não pode viver sem um congresso forte e respeitado. Sem um Poder Legislativo atuante, a democracia não pode ficar de pé. Por isso, Sr. Presidente, os pregadores da desmoralização do Poder Legislativo precisam ser freados em suas sórdidas e infelizes invectivas.

O Sr. Carlos Patrocínio — Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. NEY MARANHÃO — Com prazer, ouço o aparte de V. Ex^a.

O Sr. Carlos Patrocínio — Nobre Senador Ney Maranhão, V. Ex^a aborda uma questão

de fundamental importância. Neste exato momento existe uma vontade deliberada da grande imprensa nacional em denegrir a atuação do Congresso Nacional, dizendo mesmo que o Congresso Nacional foi subserviente ao Governo Federal ao aprovar as suas medidas. O que existe, na realidade, a meu ver — e este também é o parecer da grande Nação brasileira —, é que o Congresso Nacional se posicionou da maneira mais autêntica possível. Sabíamos — como sabemos — que toda a Nação brasileira estava ávida por transformações profundas no sistema econômico nacional. O Congresso Nacional não fez mais nada além de ratificar e dar o apoio necessário às medidas do Presidente Fernando Collor de Mello. Portanto, comportou-se como lúcido representante de toda a população brasileira. Para exemplificar, ainda ontem, em Uberaba, Sua Excelência o Presidente da República, Fernando Collor de Mello, foi ovacionado, calorosamente aplaudido por mais de duzentas mil pessoas, ao passo que o Governador de Minas Gerais, Newton Cardoso, foi vaiado por mais de dez minutos. Então, essa deliberação que existe de denegrir o Congresso Nacional, o Poder Legislativo, é coisa de pouca gente. Estamos representando, com toda a fidelidade, a Nação brasileira, que está apoiando o Plano do Presidente Fernando Collor de Mello, que introduziu modificações profundas na economia brasileira. Graças a Deus, o Plano já deu certo, e queira Deus continue a dar certo, como vem acontecendo. Agradeço a V. Ex^a o aparte.

O SR. NEY MARANHÃO — Nobre Senador Carlos Patrocínio, o aparte de V. Ex^a foi muito oportuno. Um Congresso forte, uma democracia forte, isso é o que o povo brasileiro exige.

Através das urnas, sabemos que houve uma revolução neste País — uma revolução pelo voto, pela liberdade —, e está sendo cumprido integralmente o programa que o Presidente Collor, por este País afora, pregou. Agora, para isso temos que ter uma unidade, um pensamento, e esse pensamento, acima de tudo, é o Brasil.

V. Ex^a acabou de falar que o Presidente foi aplaudido por duzentas mil pessoas e o Governador de Minas Gerais foi vaiado. É isso, nobre Senador, que é a democracia. É preferível termos a pior democracia do que a melhor ditadura, porque o povo tem condições de se expressar, de se manifestar em relação, àqueles que ocuparam os cargos, por delegação, e não cumpriram com os seus deveres. E o povo de Minas deu essa resposta, como V. Ex^a muito bem falou, ao Governador de Minas Gerais e ao Presidente Fernando Collor. Portanto, agradeço a V. Ex^a pelo aparte. Isso é o que interessa ao povo brasileiro, a liberdade e o respeito aos Poderes constituídos. Muito obrigado.

É o Congresso, Sr. Presidente, a ressonância hoje e sempre dos anseios da nação. E foi por isso, que, acolhendo as medidas provisórias, nada fez mais que ir ao encontro dos

anseios do povo, que já não mais suportava o degradingamento de sua economia por uma inflação que tirava a esperança de qualquer um. Os Parlamentares discutiram, fizeram acordos, deixando intacta a coluna vertebral do plano Brasil Novo, e assim procedendo, cumpriram seu dever. Assim agindo, o Congresso disse que não seria responsável pelas desgraças que poderão se abater sobre a nação se o plano não fosse votado, ou se o plano fosse desestruturado.

Dizer, Sr. Presidente, que o Congresso votou com os olhos voltados para as eleições proporcionais que se aproximam, dizer que o Congresso votou em cima de fisiologismos, é não conhecer a tendência democrática da maioria absoluta dos parlamentares que não cultuam fisiologismos ou se abastardam ante interesses subalternos.

Fisiologismo em política sempre houve aqui e em qualquer parte do mundo. Fisiólogos existem, mas são poucos. Não é o mal da instituição, é a erva daninha que aparece nas grandes sementeiras. Além do mais, Sr. Presidente, não devemos esquecer que o atual Governo declarou guerra a todo fisiologismo e não leva a sério quem reza, no caso, a oração de São Francisco, que de tão bonita e de alto sentido humano e cristão, alguns desabusados a tornarem sinônimo de tudo o que é menos nobre em política partidária e parlamentar. O Presidente Collor não aceita e nem acolhe qualquer atitude do "dou se me Deres." Assim, pois, é uma injustiça inqualificável dizer que o Congresso como um todo não é mais a ressonância dos anseios do povo — porque esta casa é do povo — e que acordos de bastidores foram feitos, desdourando, assim, o porte viril e independente do poder legislativo que nunca se curvou e que prefere se quebrar que dobrar-se a qualquer atitude política menos digna.

Dizer que ante a pseudofraqueza do Congresso, cresce a cada dia a atitude ditatorial do Presidente Fernando Collor e que este, assim, cultua uma política de populismo, levando o Congresso a se comportar como se sua lealdade ao Presidente fosse um dever, é ir por demais longe na afirmativa, Sr. Presidente, pois os poderes são independentes e harmônicos.

Não vejo, não sinto, não percebo, Sr. Presidente, a subserviência do Congresso ao poder Executivo. O Congresso tem cumprido seu dever. As medidas provisórias aqui chegam, são estudadas, discutidas e votadas. Serão aprovadas ou não pelo voto da maioria. Se a maioria votar a favor, serão aprovadas e viva, pois, a democracia. Assim, nem de longe se percebe qualquer lealdade do Congresso como poder ao poder do Presidente da República.

Populismo do Presidente Fernando Collor? Atitudes ditatoriais? O povo está de olhos voltados para Sua Excelência. O povo está esperando, Sr. Presidente, que as coisas se tornem melhores. Para melhorá-las o Presidente Fernando Collor e sua equipe têm enviado todos os esforços. É preciso acreditar e mais que tudo não perder a esperança.

A esperança de que, vencendo a inflação, o País vai chegar a um porto seguro. O povo por isso espera. Logo de início aprovou o Plano do Brasil Novo em mais de 80%. E depois de votado pelo Congresso e posto em execução, o apóia em mais de 70%. E o Congresso, os parlamentares, não deixaram de cumprir o seu dever. Sem subserviência. Votando, pois.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Pompeu de Sousa) — Concedo a palavra ao nobre Senador João Lobo.

O SR. JOÃO LOBO (PFL — PI. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, na quarta-feira próxima passada, o nobre Senador Mauro Benevides, discursando nesta Casa, fez apelo para que o Banco do Nordeste e o Banco da Amazônia não deixassem de figurar como membros do Conselho Monetário. Eis que esse Conselho, dada a divulgação da lista, excluiu de participação os membros representativos desses dois importantes órgãos de desenvolvimento do Norte e do Nordeste brasileiro.

Por este motivo, Sr. Presidente, resolvi procurar o Secretário de Desenvolvimento Regional, Dr. Egberto Baptista e, em companhia de alguns Deputados do Nordeste — baianos, pernambucanos, cearenses e piauienses —, estive com S. Ex^a para sondar as intenções da nova reformulação do desenvolvimento regional.

Sr. Presidente, confesso que estávamos de espírito armado pelas divulgações que a imprensa tem dado às declarações feitas pelo Dr. Egberto, quando da sua estada em pernambuco, e já havia uma certa predisposição contrária a S. Ex^a por parte dos Parlamentares que solicitaram a audiência.

Queríamos saber o que o atual responsável pelo desenvolvimento regional tinha em mente ao prestar aquelas declarações, alijando inteiramente os investimentos nas regiões menos propícias do Brasil, tais como o semi-árido nordestino e a Amazônia, mais abandonados.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, fui criado numa pequena cidade do Estado do Piauí, onde a única proximidade que tínhamos com o Governo Federal, àquela época, era o trato com o Banco do Brasil. Confundíamos o Banco do Brasil com o Tesouro Nacional. Por esse motivo, o gerente do Banco do Brasil era o grande líder da nossa comunidade. Nós, empresários, tínhamos que circular, fazer uma corte em redor do gerente do Banco do Brasil, porque ele era quem determinava a vida nesse município e nas pequenas cidades limítrofes a ele.

Era muito importante a indicação do gerente do Banco do Brasil. Lembro-me de que, quando vagava aquele cargo, havia uma preocupação de quem seria o próximo ocupante. Toda a cidade se voltava para que conseguíssemos a indicação de um conterrâneo, de um piauiense, de um cearense, no máximo, ou de um pernambucano.

Lutávamos muito para que fosse sempre um conterrâneo, o gerente do Banco do Brasil da nossa cidade. Entretanto, Sr. Presidente, dentro de pouco tempo mudamos esse tipo de visão, porque verificamos que os melhores gerentes que passaram pela nossa região eram sempre homens vindos de São Paulo ou do Rio Grande do Sul, talvez, alguns de Minas Gerais. Quando tínhamos um gerente do Piauí ou do Ceará, sofriamos o diabo com a nova orientação do Banco do Brasil. Parece-me que os gerentes de São Paulo, do Rio Grande do Sul, de Minas Gerais e do Paraná tinham horizontes mais largos, eram homens criados na fartura, abriam os limites do Banco; e passávamos muito melhor, com gerentes de outras áreas do Brasil do que com os conterrâneos do Piauí ou os nossos vizinhos do Ceará, criados e acostumados com a pequenez, com a pobreza, com a rigidez da nossa terra.

Então, contei ao Dr. Egberto Baptista, que é um paulista, essa história, e disse: "Tenho muitas esperanças de que o Sr. será um grande dirigente da área de desenvolvimento regional do Nordeste, porque o Sr. traz a visão ampla de São Paulo, dos lugares mais desenvolvidos. E depois, não ficará envolvido por esse ou aquele Estado participante da área do Polígono das Secas. Mas, infelizmente, Dr. Egberto, as declarações que lhe foram atribuídas têm gerado muita preocupação na Bancada nordestina. Não podemos aceitar esse tipo de colocação, não podemos abrir mão de uma conquista que representou 20 ou 30 anos de luta de Congressistas, nestas Casas. Conseguimos colocar na Constituição, fazer textos de lei, as prerrogativas dos direitos do Norte e do Nordeste brasileiros; criamos, regionalizamos o desenvolvimento, amparamos o Finor, criamos o Fundo de Desenvolvimento como uma parte intocável, da Constituição. Então, não nos interessa que ilustres Secretários do Meio Ambiente ou da Ciência e Tecnologia, como o Dr. José Goldemberg, que tem renome internacional, digam que não se deve investir no Norte e no Nordeste; não aceitamos que o estudo, que vai ser feito pela Secretaria de Desenvolvimento Regional, diga que o Nordeste não merece investimentos, que os investimentos são mais rentáveis no Centro-Sul, no Paraná, em São Paulo, em Minas Gerais etc. Dessas coisas, todos nós sabemos, os investimentos no Nordeste têm um retorno muito lento e muito inferior ao das áreas privilegiadas do Brasil. Mas, há uma coisa que nós queremos deixar bem patente. Não aceitamos igualdade de tratamento para os desiguais, isso é uma grande injustiça que se pratica. O Nordeste, cada vez mais, está servindo apenas de reserva de mercado para os Estados desenvolvidos no Brasil, está criando a mão-de-obra para o Brasil. A maior parte da mão-de-obra de São Paulo, de Minas, do Rio é imigrada do Nordeste. O Nordeste fica apenas com os custos da infância e da velhice, a idade válida do homem, a idade do trabalho, dos 20 até os 50 anos, vai toda emigrada para o centro desenvolvido do Brasil, e nós temos apenas

os custos da formação dessa mão-de-obra. Não podemos nos conformar com essa visão, somos mais de um terço da população do Brasil. Então, não nos interessam os diagnósticos das Secretarias da Ciência e Tecnologia e de Desenvolvimento Regional, dizendo que como o dinheiro está pouco, atualmente, é melhor investir em São Paulo, onde o retorno é mais imediato. Qualquer economista de "meia-tigela" sabe disso.

Mas há um sentido de brasilidade que deve ser preservado. A continuidade do Território nacional, do patrimônio desta Pátria única, de Língua única, de costumes únicos, de religião quase única, deve ser preservada. É isso só será possível eliminando-se essas gritantes desigualdades de desenvolvimento, de renda, de qualidade de vida em todo o Território brasileiro.

Sr. Presidente, o Dr. Egberto ouviu, com muita atenção e cordialidade, as nossas colocações e disse que nunca tinha sido sua intenção dizer aquilo.

Naturalmente, S. Ex^a era um empresário, não era nem um tecnocrata, não era um político e nem tecnocrata, mas apenas um empresário, um homem que mereceu a confiança do Senhor Presidente da República Fernando Collor, que foi convidado para preencher o lugar da Secretaria do Desenvolvimento Regional. Estava, ali, apenas para identificar as riquezas, para promovê-las, talvez incentivá-las e nunca para acudir necessidades, calamidades públicas, para atender a essas carências.

Para isso, havia o Ministério da Educação, havia o Ministério da Ação Social etc., os vários órgãos compostos na Administração federal.

O que S. Ex^a quis dizer, com o seu pronunciamento, foi que a sua Secretaria de Desenvolvimento Regional, não tinha lugar para caridade. Não é que S. Ex^a quisesse dizer que não estava ali para fazer caridade; S. Ex^a apenas tentou colocar que não havia lugar, na sua Secretaria para atender a calamidades públicas, enchentes, secas, desastres etc. porque havia, para isso, o Ministério da Ação Social, a sua Secretaria de Desenvolvimento Regional, essas coisas não estavam afetas, ele estava apenas tentando incentivar, provocar e estimular a criação de riquezas nas várias regiões do Brasil.

Mas, ele foi mal compreendido pela imprensa. E a imprensa, com aquele sentido de, rapidamente, transformar em notícia os fatos mais chocantes, jogou essas palavras na boca do Dr. Egberto.

Saímos convencidos de que o Dr. Egberto não teve, realmente, a intenção de dizer que o Nordeste era um gueto e que não ia aplicar dinheiro em guetos. Ele nunca teve essa intenção. Não foram essas as suas palavras. As palavras foram mal compreendidas e, depois, ele não teve, vamos dizer, o cuidado nem a diplomacia necessária de revisar essas declarações na imprensa. Como ele reafirmou, várias vezes, é apenas um empresário, é um homem da iniciativa privada e não tem

hábito de tratar com a imprensa, de ser diplomata, de colocar com cuidado os seus pensamentos.

Mas, quero dizer, dessa primeira tomada de posição que tivemos com o Sr. Secretário de Desenvolvimento Regional, que saímos bem impressionados das suas colocações, da sinceridade com que abordou certos temas. Por exemplo: quando perguntamos por que estava com o Banco do Nordeste e a Base parados, respondeu que, realmente, estava fazendo uma revisão nesses bancos e que pretendia voltassem eles a ser o que inicialmente haviam sido, na sua criação — Bancos exclusivamente de desenvolvimento; não aceitava que o Banco do Nordeste fosse um banco comercial, para captação de recursos etc., para fazer um papel de banco comercial. Ele queria fazer retornar o Banco do Nordeste para o canal inicial de banco exclusivamente de desenvolvimento. E ia concentrar essas suas agências disseminadas em todo o Brasil, principalmente na área do Nordeste, não ia deixar que elas extravasassem da área do Nordeste, talvez uma agência ou duas seriam toleráveis em São Paulo ou em Brasília, mas, o restante, pretendia concentrar na área do Nordeste brasileiro, como iria concentrar, na área do Norte, o Banco da Amazônia.

O Sr. Aureo Mello — Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. JOÃO LOBO — Concedo o aparte a V. Ex^a, Senador Aureo Mello.

O Sr. Aureo Mello — Quero prestar o depoimento de que, realmente, S. Ex^a está cumprindo essa promessa em relação à Amazônia. O Banco da Amazônia, depois de depurado cada vez mais, é hoje, um instituto de crédito da maior respeitabilidade, e os seus componentes têm, realmente, situado na área amazônica os interesses do Banco, as transações. E a administração atual, uma administração honrada, após uma administração corrupta, que redundou na prisão de diversos dos seus componentes, é hoje um verdadeiro modelo de administração para todo o Brasil, na sua tarefa de apreciar, constatar, examinar e até fiscalizar, se assim for necessário.

O SR. JOÃO LOBO — Agradeço o aparte do Senador, que enriquece o meu pronunciamento.

O Sr. Afonso Sancho — Permite-me V. Ex^a um aparte, nobre Senador?

O SR. JOÃO LOBO — Com muito prazer, Senador Afonso Sancho, porque é exatamente o homem autorizado a falar sobre Bancos, eis que banqueiro ilustre.

O Sr. Afonso Sancho — Em primeiro lugar, desejo congratular-me com o nobre Senador Aureo Mello, por ressaltar a administração do Banco da Amazônia. Realmente, o Banco da Amazônia tem um Presidente que é o que se chama de banqueiro branco, expressão usada por um velho gerente do Banco do Brasil, lá em Fortaleza, que dizia que existe o banqueiro preto e o banqueiro branco, por-

que o Sr. Valdemir Messias de Araújo é um técnico por excelência, competente, sério, onde ele anda, deixa a marca da sua administração. Agora, quanto à idéia do nosso Secretário de fechar as agências do Banco do Nordeste, acho que não seja uma boa medida, mesmo porque o Banco precisa captar dinheiro e, se capta dinheiro, muito dinheiro, o faz nos grandes Estados e não nos Estados pobres do Nordeste. Esse dinheiro captado é que é trazido para as regiões subdesenvolvidas; se não houver agências, não poderá ser captado o dinheiro; ele terá de captá-lo através da caderneta de poupança, porque o Banco do Nordeste, hoje, já é habilitado a funcionar. De forma que acho que deve haver algum reparo nisso, quando o assunto for mesmo esquematizado. Não concordo em que se fechem as agências, acredito que não se devam abrir mais, nunca, porém, se deve desfazer assim, automaticamente, de uma coisa que pôde dar bom resultado, principalmente, no Nordeste. O Nordeste tem deficiência de comunicação com as outras praças. Assim falo de cátedra, porque, quando montei as agências do meu Banco no Paraná, no Rio Grande do Sul e em Salvador, na Bahia, senti o fluxo de negócios que aumentou porque houve aquela linha de comunicação, embora existissem outros Bancos com agências. De forma que, quando eu estiver com o nosso ilustre Secretário Egberto Baptista, irei aconselhá-lo a não pensar dessa maneira. S. Ex^a deve pensar em trazer mais dinheiro para o Nordeste. E dinheiro de todas as maneiras, dinheiro do Fundo do Nordeste, dinheiro do Governo Federal, sem ser dinheiro do Fundo, e dinheiro de captação para ser aplicado no Nordeste. O Banco do Nordeste não pode ser inteiramente um Banco de desenvolvimento, tem que ser também um pouco comercial, porque se ele ajuda as indústrias a se instalarem, a crescer, tem que ajudar também essas indústrias a descontar os seus papéis, para ficar uma interligação bem maior. De forma que era esse dado que eu queria apresentar ao meu prezado amigo Senador João Lobo, que não são boas medidas fechar agências e não deixar captar dinheiro, para os Estados subdesenvolvidos. Muito obrigado!

O SR. JOÃO LOBO — Agradeço o aparte do Senador Afonso Sancho e, tenho certeza, seus conselhos serão de grande utilidade para o nosso Secretário de Desenvolvimento Regional. Acho que a experiência de um homem como o Senador Afonso Sancho não pode ser menosprezada. Na realidade, levantamos algumas dessas objeções ao Secretário, quando S. Ex^a expôs o seu pensamento. O Secretário tem uma idéia muito precisa do que seja Banco de Desenvolvimento e Banco comercial. S. Ex^a acha que o Banco do Nordeste peca em sua função, das normas da sua criação, quando vira um Banco de captação, concorrendo com os Bancos particulares. S. Ex^a acha que não há razão para dispersar força, funcionários, tempo, atividades, e atenção relativamente ao Banco do Nordeste, no

exercício da captação, concorrendo com o Banco do Brasil, com o Bradesco, com o Itaú, com o Bamerindus. S. Ex^a acha que já existem demais Bancos comerciais captadores de recursos, sob a alegação de que se captariam recursos das Regiões ricas para despejá-los nas Regiões menos favorecidas, como também tem as suas dúvidas e acha que essas coisas não compensam, como, por exemplo, concentrar a atenção em aplicar seriamente, racionalmente, os dinheiros que existem na Região, o que poderia ter grandes resultados, sem abrir novas frentes de luta, que seria a frente da captação dos Bancos comerciais.

O Sr. Afonso Sancho — Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. JOÃO LOBO — Pois não!

O SR. AFONSO SANCHO — Eu gostaria de complementar, dizendo que, realmente, existiam muitas distorções, haja vista que o Sr. Camilo Calazans de Magalhães, no Banco do Nordeste, para agradar ao saudoso Tancredo Neves, fez empréstimos para saneamento básico dentro de Belo Horizonte! Já pensou tirar dinheiro do Nordeste para empréstimo de saneamento a fim de fazer barragem no Município de Belo Horizonte? Esses fatos terão que ser corrigidos, porque isso foi feito unicamente com o interesse de ser guindado a Presidente do Banco do Brasil! Ele fez muito mais: emprestou a todos esses Governadores, sem nenhuma base de crédito, apenas para ter mais uma pessoa que o indicasse para o Banco do Brasil! V. Ex^a viu o que se fez quando ele saiu da Presidência do Banco do Nordeste? Houve um banquete, em Brasília, com 200 parlamentares, em sua solidariedade, unicamente porque ele, "usando o chapéu alheio", fez o que pôde. O Senador Mauro Benevides, quando assumiu a Presidência do Banco do Nordeste, não poderia dizer a situação do Banco; se o fizesse, no outro dia, as suas ações sairiam da Bolsa! O Sr. Calazans emprestou quase todo o dinheiro do Banco do Nordeste para o serviço público, sem uma garantia, sem uma certeza da volta desse dinheiro, como ainda hoje existe um cemitério de dívidas de Governo estaduais no Banco do Nordeste. Isso é que precisa ser corrigido; fazer empréstimo para o Governo estadual acho que é um dever, mas dentro dos limites do Governo.

O SR. JOÃO LOBO — Aceito, com muita honra, o aparte do Senador Afonso Sancho, que, por ser um argumento tão forte, fica de pé por si mesmo. Não quero contestá-lo, nessa briga entre banqueiros, eu não me meto.

O Sr. Afonso Sancho — Não há briga entre banqueiros!

O SR. JOÃO LOBO — Continuo, Sr. Presidente, a expor os pontos de vista do Sr. Secretário Egberto Baptista. S. Ex^a acha que existe muito dinheiro desviado no Nordeste. Se S. Ex^a tivesse a atenção ou a condição de reter para o Nordeste, para a Sudene, as verbas

nominalmente atribuídas à Sudene, já estaria fazendo uma grande coisa. V. Ex^a sabe que nas grandes ferrovias como, por exemplo, a Ferrovia do Aço, a de Tubarão, várias eletrificações foram feitas com dinheiro desviado do Nordeste, da Sudene, para empreendimentos em áreas que não têm a ver com o semi-árido nordestino. Mas, tudo fica atribuído como se fosse dinheiro lançado para a Sudene.

S. Ex^a estava com os dados na mão e mostrou que, dos 19 bilhões que haviam sido — talvez nos últimos 10 anos — atribuídos a recursos da Sudene, apenas 5 bilhões ficaram no Nordeste; os outros 14 bilhões foram distribuídos para regiões as mais diversas do Brasil. Então, havia só a fama de que esse dinheiro fora alocado para o Nordeste.

Por exemplo, o PAPP — Programa de Apoio aos Pequenos Produtores Rurais, existiam cerca de 18 milhões de dólares que só o depósito, ou a retenção na conta para aplicação resultou num prejuízo muito maior do que todo o dinheiro investido: apenas 800 mil dólares foram investidos do PAPP, enquanto se pagou, como depósito, mais de 1,8 milhões de dólares, para que esse dinheiro permanecesse disponível. E não foi aplicado no Nordeste, não foi aplicado junto aos pequenos produtores, porque tinha que ter uma contrapartida dos Estados nos quais ele seria aplicado. Mas, parece que esse Programa de Assistência aos Pequenos Produtores Rurais não atendia bem às necessidades políticas de cada Estado e os Governadores, sistematicamente, se negavam a fazer a contrapartida e o dinheiro ficava parado, retido, enfim, uma série de distorções que S. Ex^a está firmemente resolvido a acabar.

Sr. Presidente, era para esse aspecto que desejava chamar a atenção da Casa.

O Sr. Jutahy Magalhães — Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. JOÃO LOBO — Com todo prazer, concederei o aparte a V. Ex^a quero apenas finalizar o meu pensamento.

Então, o Dr. Egberto Baptista acha que essas coisas têm que ser revistas. O Conselho Deliberativo da Sudene, o Conselho-Diretor da Sudene foi encurtado novamente e S. Ex^a avocou para si não a pauta das reuniões, mas a liberação feita pelos vários departamentos técnicos da Sudene, dos projetos que deverão ser novamente implantados, e chamou a si também a distribuição zoneada desses recursos: cada Estado terá um percentual desses recursos, dependendo, naturalmente, da sua pujança, da sua população etc, e não ficando certos Estados sem nada e outros, mais competitivos, com quase todo o bolo dos recursos do Finor e da Sudene.

Concedo, neste momento, o aparte ao nobre Senador Jutahy Magalhães.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES — Senador João Lobo, V. Ex^a está de parabéns em trazer ao conhecimento desta Casa não apenas os entendimentos que teve das autoridades do atual Governo, mas apresentando

os dados que foram discutidos desses entendimentos de V. Ex^a com Deputados da Região do Nordeste, e vejo, com satisfação, que vieram comprovar o que eu e outros, aqui no Senado, dizíamos — posso falar mais por mim — que muitas vezes eram combatidos pelas Bancadas governistas de que no Governo anterior as aplicações no Nordeste foram inferiores a de épocas anteriores, quando era um Governo de nordestino e de nordestinos, porque nos Ministérios talvez nunca tenha havido tantos nordestinos como no Governo Sarney. Como no caso do Piauí, citado por V. Ex^a, onde os gerentes vindos do Sul muitas vezes eram melhores do que os da região, no caso específico de que estamos tratando também isto ocorreu: o nordestino não soube aplicar, na região, aqueles recursos tantas vezes prometidos. Agora, vejo isso com satisfação, porque quando apresentamos críticas aqui no Senado, com dados, não estamos apenas querendo ser contra o Governo, mas estamos querendo discutir os problemas e apontar as falhas para que sejam corrigidas. E logo recebemos, em contrapartida, aplausos que se antecipam às próprias ações administrativas, numa tentativa de sempre estar apoiando o Governo, como se isso fosse uma obrigação. Por isso fico satisfeito quando V. Ex^a traz esses dados, apontando as falhas existentes no passado e que poderão vir a ser corrigidas no futuro. Esperamos que isso ocorra. Por isso, mais uma vez parabeno V. Ex^a, esperando que traga mais informações a respeito das aplicações dos recursos federais no Nordeste e que, no futuro, possa trazer notícias alvissareiras para nossa região.

O SR. JOÃO LOBO — Agradeço ao nobre Senador Jutahy Magalhães pelo seu aparte, atento acompanhante de todas as discussões que se travam nesta Casa. Por isso mesmo, a sua intervenção, num pronunciamento, é muito valiosa e útil para aquele que está abordando determinados assuntos.

Naturalmente, Senador Jutahy Magalhães, estou contando uma conversa, uma tomada de posição que tivemos com o novo Secretário do Desenvolvimento Regional, a respeito de uma área muito crítica da nossa atuação parlamentar. Nós, nordestinos, somos muito ciãos do nosso posicionamento em qualquer Governo que se instale, para defender os interesses e a preservação do desenvolvimento do Nordeste.

Não sei se o Dr. Egberto Baptista vai acertar. Não sei se a sua administração vai ser frutífera para o Nordeste. Não quero fazer nenhum elogio; quero apenas abrir esse crédito de confiança e deixar que o Sr. Secretário tenha tempo de sentar direito na sela, de tomar nas mãos as rédeas e ver o que é possível fazer.

Quero apenas mostrar a esta Casa que ele não deve ser tratado com discriminação, apenas porque foi mal interpretado nas suas declarações iniciais e porque não é um nordestino o ocupante dessa Secretaria de Desenvolvimento Regional. Penso, com toda a sin-

ceridade, que talvez seja muito melhor para o Nordeste que ele não seja um nordestino. Talvez seja melhor que ele seja um homem que não participe daquele posicionamento que o bairrismo nos leva a ter para com os nossos Estados, as nossas regiões. É bom um homem de São Paulo para presidir o desenvolvimento regional. Além da visão mais ampla e mais larga que tem do Brasil, ele é um homem que não está diretamente envolvido por determinado Estado e por determinada região.

Sr. Presidente, o Dr. Egberto Baptista tem essa visão. Se ele vai conseguir impor, na sua administração, esses pontos de vista, se ele vai conseguir ter forças para fazer essas coisas, não sei. Acho que o seu propósito é bom. Ele está querendo fazer uma revisão de todos os conceitos da Sudene. Creio que não há razão para se destruir a Igreja por determinados conceitos que ela esteja usando, basta que se troque o padre. Deixe que o prédio, que a Igreja permaneça intacta. Vamos até reforçá-la! Vamos mudar apenas o padre. Vamos ver se a missa ou se a reza vai ter outro sentido com esse novo padre. Vamos deixar a Igreja intacta!

Então, Sr. Presidente, Srs. Senadores, queria apenas deixar aberto um crédito de confiança para o novo Secretário de Desenvolvimento Regional, o Dr. Egberto Baptista.

Antes de encerrar, darei um aparte com muita honra ao Senador Afonso Sancho.

O Sr. Afonso Sancho — A Sudene transformou-se na grande viúva: tudo se queria tirar da Sudene; senão vejamos: por que a Sudene participar da telecomunicação? A telecomunicação tem Ministério para isso. Eu, sempre, como líder de classe, protestei, fiz artigo no meu jornal contra isso. O dinheiro da Sudene é para outra finalidade. Vou dar um testemunho muito interessante a respeito disso: Em 1966, o Presidente da Sudene, um Oficial do Exército, foi a Fortaleza e lá nos provocamos uma reunião no gabinete do Governador, sobre a famosa refinaria. Saiu uma solução para a refinaria, a de incluí-la nos projetos da Sudene. Protestei energicamente! Eu disse: "isso é um absurdo, refinaria não tem nada com projeto da Sudene, refinaria é um assunto que deve sair dos meios da Petrobrás ou, então, dos meios do Governo e não da Sudene, porque ela já tem muito a atender". De forma que a Sudene transformou-se na grande viúva. Quando se queria uma coisa, era lá que se jogava. Se V. Ex^a for lá verá coisas absurdas saindo da Sudene que não deveriam sair. Nisso não há nenhuma crítica aos seus administradores, são intromissões indebitas que contribuem para isso, intromissão de políticos, de empresários, de Governadores, às vezes até mesmo do próprio Governo Federal.

O SR. JOÃO LOBO — Agradeço o aparte e o testemunho que V. Ex^a presta neste momento, muito válido, porque realmente é isso que tem acontecido na Sudene.

Dei o número e vou repeti-lo: dos 19 bilhões que estão alocados para a Sudene, apenas 5 bilhões ficaram no Nordeste, ficaram nas aplicações compatíveis com a atuação da Sudene. O restante foi desviado para a construção de vias telefônicas, de hidrelétricas, de instalação de ferrovias, etc., coisas que não tinham nada a ver com o desenvolvimento regional, com o desenvolvimento do Nordeste, com a atuação da Sudene.

Parece que o Dr. Egberto Baptista botou o dedo em cima desse furo e vamos ter qualquer providência nesse sentido. É do seu intuito fazer uma revisão, mas nunca extinguir os incentivos fiscais. S. Ex.^a é um homem que acredita nos incentivos e acha que não há outro modo de se desenvolver uma região carente e atrasada como o Nordeste, como o semi-árido brasileiro, a não ser com o uso racional e cuidadoso dos incentivos fiscais.

Neste momento, estou encerrando meu pronunciamento. Quero dizer a esta Casa que acho que o Dr. Egberto Baptista pode ser um grande Secretário-Regional para a Sudene e para a Sudam. Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem! Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Pompeu de Sousa) — Concedo a palavra ao nobre Senador José Agripino.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL — RN. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

É o Rio Grande do Norte um Estado viável pelas potencialidades naturais de que dispõe. Entre os diversos recursos naturais à disposição do norte-rio-grandense está o sal marinho. O litoral norte com as suas águas rasas, insolação alta e ventos favoráveis, tem garantido, nos últimos decênios, a extração do sal marinho sob a associação do esforço da mão humana ajudada progressivamente pela tecnologia que se vem incorporando à atividade.

As salinas se ampliaram, modernizaram-se, aumentaram sua produção, permitindo que o Estado apresentasse, hoje, uma oferta de 85% de todo o sal marinho consumido no Brasil.

Esses dados são de significativa relevância para a economia nacional. Das salinas do Rio Grande do Norte provém o suprimento das necessidades da indústria química de transformação do centro-sul brasileiro, bem como o suprimento de sal para consumo humano e animal em todo o País.

Ao nível do Estado, a extração do sal marinho associa-se ao aproveitamento de outros recursos naturais disponíveis, como o calcário e o gás natural, permitindo-nos vislumbrar a breve consolidação de um parque industrial — refiro-me ao projeto Alcanorte —, importante para o País e capaz de redimir a frágil estrutura sócio-econômica do Rio Grande do Norte.

As condições básicas para isso estão prontas. É preciso dar continuidade aos investimentos em curso e, sobretudo, não permitir que se deteriore os equipamentos adquiridos e estocados ou já montados.

Sr. Presidente e Srs. Senadores, é nesse particular que desejo externar a esta Casa e ao País uma preocupação que deve ser de todos nós. Coincidindo com o processo de modernização e ampliação do nosso parque salineiro, foi contruído na costa do Rio Grande do Norte, um porto singular, o porto-ilha de Areia Branca.

Foi o resultado de uma longa batalha de nossas lideranças, fazendo ver a importância desse equipamento para o nosso Estado e para o País. O sal produzido no Rio Grande do Norte não poderia continuar sendo onerado pelo transporte em pequenas quantidades. As necessidades industriais e o crescente consumo humano e animal reclamavam urgentes providências quanto a uma infraestrutura portuária que permitisse um atendimento em alta escala.

Caso isto não fosse feito, o Brasil se obrigaria a desnecessária importações de sal com o conseqüente dispêndio de divisas, que poderia ser elevado.

Entendendo isso e atendendo aos reclamos que todas as classes representativas do nosso Estado, foi concretizado o sonho do chamado porto-ilha. Sua localização, a consolidação e a ampliação da atividade salineira e o crescente consumo nacional fizeram do porto-ilha um equipamento de fundamental importância para todo o País.

Lamentavelmente, Sr. Presidente e Srs. Senadores, nos últimos cinco anos este importante e vital ponto de vista para a economia estadual e nacional vem sofrendo um processo de constante deterioração. O desgaste não é só pelo uso. Constrange-nos dizer, mas torna-se indispensável denunciar, que os responsáveis pelo seu gerenciamento demonstraram incompetência e descaso pelo patrimônio público.

O empreguismo, a má-gestão e o jogo de interesses políticos de grupos inescrupulosos fizeram com que a empresa Termisa, vinculada à Companhia de Docas do Rio Grande do Norte — Codern — aumentasse suas despesas administrativas, apresentasse uma situação econômico-financeira frágil e não fizesse a manutenção adequada exigida por um equipamento instalado em alto mar e, portanto, sujeito à ação de agentes corrosivos.

Faço essas denúncias por conhecer pessoalmente o problema e na qualidade de portavoz de produtores de sal, de operários vinculados a essa atividade, bem como de funcionários da Termisa, preocupados com a situação apresentada no momento pela empresa e, especialmente, pelo porto-ilha.

Urgem, portanto, sejam tomadas providências que visem à recuperação do porto-ilha e promovam um ajustamento nos padrões de gerenciamento da empresa.

Já levei essas preocupações ao Sr. Ministro da Infra-Estrutura, Dr. Ozires Silva, e trago-as a esta Casa para que possamos, juntos, evitar um colapso na atividade salineira responsável por 85% de todo o sal produzido no País.

Este colapso traria conseqüências danosas não só para o Rio Grande do Norte, mas para todo o País. As indústrias, a pecuária e a própria população se ressentiriam da falta do produto levando o País a transferir divisas, importando do Chile, Argentina, Espanha ou França, um recurso natural aqui disponível a preços mais elevados e de qualidade inferior.

Para que isso não aconteça, peço ao Sr. Presidente e aos Srs. Senadores que se associem a esta minha iniciativa, por considerá-la procedente, e a este meu pleito, por ser justo e prioritário para o Brasil.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Pompeu de Sousa) — Concedo a palavra ao nobre Senador Odacir Soares.

O SR. ODACIR SOARES (PFL — RO. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Regressei de uma viagem que fiz a todos os municípios do Estado de Rondônia, acompanhado do nosso candidato a Governador, Deputado Federal José Guedes.

Lamentavelmente, só encontrei, não para minha surpresa, mas para minha indignação, abandono e caos, acrescidos de um clima de profunda consternação da população, já desesperançada com qualquer possibilidade de se mudar a situação.

Não encontrei, em nenhum Município — de Porto Velho ao Cabixi, no extremo Sul do Estado —, senão reclamações, protestos veementes e manifestações contrárias a esse estado de coisas.

A par de tudo isso, há que se destacar, ainda, a proliferação da corrupção que viceja por todos os setores da administração estadual, a começar pela sala que o Governador Jerônimo Santana ocupa no Palácio do Governo.

As crises proliferam, ora no setor de Educação, onde as salas de aulas estão em péssimo estado de conservação e os professores da rede estadual recebem salários insatisfatórios; ora no setor de Saúde, onde o principal Hospital do Estado — Hospital de Base — está praticamente com o seu atendimento paralisado pela ausência das mínimas condições de funcionamento, fato este denunciado pelos diversos sindicatos de trabalhadores do Estado; ora no setor energético, com racionamento de energia em todos os Municípios do Estado, sem exceção, havendo situações em que a população, como é o caso de Ji-Paraná, o segundo maior Município de Rondônia, só tem energia durante quatro horas ao dia; ora no setor de preços dos produtos agrícolas, em que o agricultor produz com esforço e sacrifício, mas não tem preços adequados ao ressarcimento sequer do preço de custo do produto; ora no setor mineral, em que a indústria mineral não tem nenhum incentivo e pela ausência de uma política mineral destinada a disciplinar os investimentos a serem feitos no setor, afóra o completo abandono em que vivem os garimpeiros de cassite-

rita e ouro, por todo o Estado, enfim, pela ausência de um modelo de Governo que possibilite ao Estado a alavancagem do progresso e do desenvolvimento.

O Estado de Rondônia vem perdendo, gradativamente, importância, no contexto da Federação, pela omissão, negligência e incompetência que têm marcado de forma definitiva a Administração do Sr. Jerônimo Santana. O que se projeta hoje, de Rondônia para os restos do Brasil, é o clima de impunidade em relação aos agentes do Poder Público, que manipulam o dinheiro do povo como coisa própria. Veja-se, por exemplo, o recente escândalo dos recursos destinados pela União Federal para o pagamento do Iapás relativo ao empregador, no total, à época, de Cr\$ 119.154.398,21. Inexplicavelmente o Governo Estadual só recolheu 1,38% do total devido, estando assim os servidores públicos federais celetistas vinculados ao extinto Território de Rondônia sem as contribuições referentes ao empregador, que foram gastas pelo Governo Estadual, configurando um claro crime de apropriação indébita que poderia provocar o **impeachment** do Governador Jerônimo Santana.

Esse dinheiro estava embutido na transferência feita pela União para pagamento de pessoal.

Enfim, Sr. Presidente, e Srs. Senadores, há em Rondônia um clima claro de absoluta desesperança, com todos os setores da administração, sem exceção; impregnados pela doença da corrupção.

Há a esperança generalizada de que, no dia 3 de outubro, se inicie um processo de depuração do Estado, com a punição, após a posse do novo governador eleito, dos maus gestores dos dinheiros públicos, identificados entre aqueles que ainda continuam no Governo do Estado e outros que, pressentindo o naufrágio do barco governamental, já o abandonaram, mudando para outras siglas partidárias nos dias 2 e 3 de abril último, para confundir a opinião pública indefinidamente.

Sr. Presidente e Srs. Senadores, não tenho nenhuma dúvida de que o Estado de Rondônia é viável, a partir da eleição de um governador que tenha, como o Deputado José Guedes, o compromisso explícito de fazer um governo transparente, justo e humano, voltado inteiramente para a valorização das potencialidades do Estado.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

COMPARECEM MAIS OS SRS. SENADORES:

Aluizio Bezerra — Carlos De'Carli — Aureo Mello — João Menezes — Carlos Patrocínio — João Castelo — Alexandre Costa — João Lobo — José Agripino — Raimundo Lira — Ney Maranhão — Jutahy Magalhães — José Ignácio Ferreira — João Calmon — Afonso Arinos — Fernando Henrique Cardoso — Irapuran Costa Junior — Maurício Corrêa — Meira Filho — Márcio Lacerda — José Paulo Bisol.

O SR. PRESIDENTE (Pompeu de Sousa) — A Presidência recebeu a Mensagem nº 114, de 1990 (nº 406/90, na origem) pela qual o Presidente da República comunica ter designado o Vice-Presidente da República, Dr. Itamar Franco, para chefiar a Missão Especial brasileira à posse do Presidente da Costa Rica.

É a seguinte a mensagem recebida:

MENSAGEM Nº 114, DE 1990 (nº 406/90, na origem)

Excelentíssimos Senhores Membros do Senado Federal

Tenho a honra de levar ao conhecimento de Vossas Excelências que designei o Senhor Vice-Presidente da República, Doutor Itamar Franco, para chefiar a Missão Especial brasileira às cerimônias de posse do Presidente da Costa Rica, Senhor Rafael Angel Calderon, a realizarem-se no próximo dia 8 de maio, em São José, devendo ausentar-se do País no período de 7 a 9 de maio de 1990.

2. A presença do Senhor Vice-Presidente da República nas cerimônias de posse do Presidente da Costa Rica constitui uma homenagem àquele país, que vem de comemorar, em outubro de 1989, 100 anos de democracia e cuja diplomacia tem desempenhado relevante papel no processo de pacificação da região centro-americana, havendo, inclusive, o atual presidente Oscar Arias recebido, em 1987, o Prêmio Nobel da Paz.

Brasília, 3 de maio de 1990. — **Fernando Collor.**

O SR. PRESIDENTE (Pompeu de Sousa) — Sendo evidente a falta de **quorum** mínimo para o prosseguimento da sessão, a Presidência vai encerrar os trabalhos, designando para a ordinária de segunda-feira próxima, dia 7 de maio, a seguinte

Ordem do Dia

— 1 —

PROJETO DE LEI DO DF Nº 10, DE 1990

(Em regime de urgência, nos termos do art. 336, c, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Projeto de Lei do DF nº 10, de 1990, de iniciativa do Governador do Distrito Federal, que dispõe sobre o aproveitamento, no Distrito Federal, de servidores requisitados e dá outras providências, tendo

PARECER FAVORÁVEL, sob nº 70, de 1990, da Comissão

— do Distrito Federal.

(Dependendo de parecer da Comissão do Distrito Federal sobre a emenda de Plenário.)

— 2 —

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 185, DE 1988

(Em regime de urgência, nos termos do art. 336, c, do Regimento Interno)

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 185, de 1988, de iniciativa do Senador Jutahy Magalhães, que estabelece a estrutura administrativa básica do Senado

Federal e dá outras providências. (Dependendo de pareceres.)

— 3 —

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do DF nº 9, de 1990, de iniciativa do Governador do Distrito Federal, que altera dispositivos das Leis nºs 13 e 14, de 30 de dezembro de 1988, e dá outras providências, tendo

PARECER, sob nº 73, de 1990, da Comissão

— do Distrito Federal, favorável, com emenda que apresenta de nº 1-DF.

— 4 —

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do DF nº 13, de 1990, de iniciativa do governador do Distrito Federal, que dispõe sobre a alteração da tabela de pessoal da Fundação Zoobotânica do Distrito Federal e dá outras providências, tendo

PARECER FAVORÁVEL, sob nº 71, de 1990, da Comissão

— do Distrito Federal.

— 5 —

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do DF nº 16, de 1990, de iniciativa do governador do Distrito Federal, que cria Centro Interescolar de Línguas de Sobradinho na Fundação Educacional do Distrito Federal, e dá outras providências, tendo

PARECER FAVORÁVEL, sob nº 74, da Comissão

— do Distrito Federal.

— 6 —

Discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 5, de 1989, de autoria do Senador Nelson Carneiro e outros senhores senadores, que dispõe sobre a remuneração dos deputados estaduais e dos vereadores.

— 7 —

Discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 6, de 1989, de autoria do Senador Marcos Mendonça e outros 24 senhores senadores, que acrescenta artigo ao texto constitucional prevendo a criação e definindo a competência do Conselho Nacional de Remuneração Pública.

— 8 —

Discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 1, de 1990, de autoria do Senador Márcio Lacerda e outros senhores senadores, que acrescenta dispositivos ao ato das disposições constitucionais transitórias da Constituição Federal.

O SR. PRESIDENTE (Pompeu de Sousa) — Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 11 horas e 30 minutos.)

SECRETARIA GERAL DA MESA

(Resenha das matérias apreciadas de 1º a 30 de abril de 1990 — art. 269, II do Regimento Interno.)

Projeto aprovado e enviado à sanção do Presidente da República

— Projeto de Lei da Câmara nº 59, de 1989 (nº 1.246/88, na origem), que altera os artigos 176 e 177 da Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965, que instituiu o Código Eleitoral, com as alterações promovidas pelas Leis nº 6.989, de 5 de maio de 1982, e 7.332, de 1º de julho de 1985, e dá outras providências. — Sessão: 26-4-90.

Projetos aprovados e enviados à sanção do Governador do Distrito Federal

— Projeto de Lei do DF nº 94, de 1989, de iniciativa da Comissão do Distrito Federal (apresentado por sugestão do Deputado Francisco Carneiro), que dispõe sobre a criação da Escola Técnica Regional do Gama (Região Administrativa II). — Sessão: 27-4-90.

— Projeto de Lei do DF nº 97, de 1989, de iniciativa da Comissão do Distrito Federal (apresentado por sugestão da Deputada Maria de Lourdes Abadia), que cria, no Governo do Distrito Federal, um Grupo de Trabalho para redefinir as Regiões Administrativas do Distrito Federal. — Sessão: 27-4-90.

— Projeto de Lei do DF nº 14, de 1990, de iniciativa do Governador do Distrito Federal, que dispõe sobre o aproveitamento de servidores na Carreira Administrativa Pública do Distrito Federal, criada pela Lei nº 51, de 13 de novembro de 1989, e dá outras providências. — Sessão: 27-4-90.

Projetos aprovados e enviados à Promulgação

— Projeto de Resolução nº 15, de 1990, de autoria do Senador Ney Maranhão, que autoriza a instalação, nas dependências do Senado Federal, de Gabinete do Líder do Governo, e dá outras providências. — Sessão: 27-4-90.

— Projeto de Decreto Legislativo nº 57, de 1989 (nº 40/89, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo Constitutivo da Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais — FLACSO. — Sessão: 27-4-90.

— Projeto de Decreto Legislativo nº 58, de 1989 (nº 98/89, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo Comercial assinado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Zimbábue, em Harare, em 20 de junho de 1989. — Sessão: 27-4-90.

— Projeto de Resolução nº 1, de 1990, de iniciativa da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, que suspende, de acordo com a decisão proferida pelo Supremo Tribunal Federal, em acórdão de 19 de novembro de 1987, a execução do art. 8º do Decreto nº 68.419, de 25 de março de 1971, nos termos do que dispõe o art. 52, inciso X da Constituição. — Sessão: 27-4-90.

Projetos aprovados e enviados à Câmara dos Deputados

— Projeto de Lei do Senado nº 175, de 1989, de autoria do Senador Jorge Bornhausen, que dispõe sobre o salário-educação,

previsto no § 5º do art. 212 da Constituição e dá outras providências. — Sessão: 4-4-90 (competência terminativa de comissão)

— Projeto de Lei do Senado nº 263, de 1989, de autoria do Senador Maurício Corrêa, que dispõe sobre a fixação de datas comemorativas de alta significação para os segmentos étnicos nacionais e dá outras providências. — Sessão: 4-4-90 (competência terminativa de comissão)

— Projeto de Lei do Senado nº 110, de 1989, de autoria do Senador Severo Gomes, que dispõe sobre a mineração em terras indígenas e dá outras providências. — Sessão: 16-4-90 (competência terminativa de comissão)

— Projeto de Lei do Senado nº 21, de 1990-Complementar, de autoria do Senador Jarbas Passarinho, que dispõe sobre inelegibilidade e dá outras providências. — Sessão: 26-4-90.

— Projeto de Lei do Senado nº 121, de 1989, de autoria do Senador Antônio Luiz Maya, que protege temporariamente os inventos industriais, nos termos do art. 5º, XXIX da Constituição. — Sessão: 27-4-90.

— Projeto de Lei do Senado nº 320, de 1985, de autoria do Senador Roberto Saturnino, que dispõe sobre concessão do adicional de insalubridade aos trabalhadores da categoria dos Aeroviários, nas funções que especifica. — Sessão: 30-4-90 (competência terminativa de comissão)

— Projeto de Lei do Senado nº 261, de 1989, de autoria do Senador Francisco Rollemberg, que acrescenta dispositivos, após o art. 242, do Título II do Código Eleitoral (Lei nº 4.737, de 1965, com suas alterações). — Sessão: 30-4-90 (competência terminativa de comissão)

Projeto aprovado e enviado à Comissão Temporária (art. 374, XIII do Regimento Interno)

— Projeto de Lei do Senado nº 193, de 1989, de autoria do Senador Ronan Tito, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, e dá outras providências. — Sessão: 25-4-90.

Projetos rejeitados e encaminhados ao Arquivo

— Projeto de Lei do Senado nº 35, de 1989, de autoria do Senador João Menezes, que extingue o Conselho Monetário Nacional e a Secretaria Especial de Administração de Preços. — Sessão: 30-4-90 (competência terminativa de comissão)

— Projeto de Lei do Senado nº 207, de 1989, de autoria do Senador Odacir Soares, que altera o art. 4º e seu § 2º da Lei nº 5.108, de 21 de setembro de 1966, que institui o Código Nacional de Trânsito, para aumentar o número de membros do Conselho Nacional de Trânsito, mediante a inclusão de um representante do Sindicato da Indústria de Reparação de Veículos e Acessórios. — Sessão: 30-4-90 (competência terminativa de comissão)

Projetos prejudicados e enviados ao Arquivo

— Projeto de Lei do Senado nº 255, de 1989, de autoria do Senador Nelson Carneiro, que institui o Código de Menores e dá outras providências. — Sessão: 25-4-90.

— Projeto de Lei do Senado nº 279, de 1989, de autoria do Senador Márcio Lacerda, que altera os arts. 32 e 34 da Lei nº 6.697, de 10 de outubro de 1979, que institui o Código de Menores, dando-lhe nova redação na conformidade da Constituição Federal em seu Capítulo VII, arts. 226, § 3º e 227, caput. — Sessão: 25-4-90.

Mensagens aprovadas relativas à escolha de autoridades

— Mensagem nº 93, de 1990 (nº 344/90, na origem), de 2 de abril do corrente ano, pela qual o Senhor Presidente da República submete à deliberação do Senado a escolha do Doutor Rubens Vilar de Carvalho, para exercer o cargo de Governador do Estado de Roraima. — Sessão: 17-4-90 (extraordinária)

— Mensagem nº 91, de 1990 (nº 330/90, na origem), de 19 de março do corrente ano, pela qual o Senhor Presidente da República submete à deliberação do Senado a escolha do Doutor Eliseu Martins, para exercer o cargo de Diretor de Fiscalização do Banco Central do Brasil. — Sessão: 19-4-90 (extraordinária)

— Mensagem nº 92, de 1990 (nº 331/90, na origem), de 19 de março do corrente ano, pela qual o Senhor Presidente da República submete à deliberação do Senado a escolha do Doutor Joubert Furtado, para exercer o cargo de Diretor de Administração do Banco Central do Brasil. — Sessão: 19-4-90 (extraordinária)

Requerimento aprovado

— Requerimento nº 82, de 1990, dos Líderes Mauro Benevides, Chagas Rodrigues, Carlos Patrocínio e Marco Maciel, de urgência, art. 336, alínea c, do Regimento Interno, para o Projeto de Lei do DF nº 22, de 1990. — Sessão: 27-4-90.

SUBSECRETARIA DE COMISSÕES**COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA****1ª Reunião (extraordinária, realizada em 5 de abril de 1990)**

Às dez horas do dia cinco de abril de mil novecentos e noventa, na Sala de reuniões da Comissão, na Ala Alexandre Costa, sob a presidência do Senhor Senador Teotônio Vilela Filho — Vice-Presidente no exercício da Presidência, presentes os Senhores Senadores Edison Lobão, Ronaldo Aragão, Gerson Camata, Dirceu Carneiro, Nabor Júnior, Ney Maranhão, João Lôbo, Ruy Bacelar, José Richa, Francisco Rollemberg, Márcio Lacerda, José Agripino, Leopoldo Peres e João Castelo, reúne-se a Comissão de Serviços de Infra-Estrutura.

Deixam de comparecer, por motivo justificado, os Senhores Senadores Aluizio Bezer-

ra, Aureo Melo, João Lyra, Lourival Baptista, Olavo Pires, Mauro Borges e Maurício Corrêa.

Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara abertos os trabalhos, esclarecendo que o motivo pelo qual está exercendo a Presidência, deve-se ao fato de compromissos assumidos pelo Presidente titular no mesmo horário, havendo o mesmo sido obrigado a se afastar para atendê-los. Prosseguindo, passa-se a apreciação das matérias constantes da pauta, quando é relatado o Projeto de Lei do Senado nº 110, de 1989, pelo Senhor Senador João Castelo, que conclui favoravelmente ao mesmo. Após concluso o relatório, passa-se a discussão, usando da palavra o Senhor Senador Dirceu Carneiro, que enaltece o caráter meritório da proposição e sua oportunidade como de muito interesse ao povo brasileiro, usa também da palavra o Senhor Senador Ronaldo Aragão, na mesma linha de raciocínio, para elogiar o bom propósito do projeto em questão. Encerrada a discussão, passa-se a votação pelo processo nominal, registrando-se treze votos favoráveis. Declarada a aprovação da matéria, e face a ausência dos relatores das demais proposições constantes da pauta o Senhor Presidente determina o adiamento na apreciação sobre as mesmas e declara encerrados os trabalhos.

Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião, lavrando eu, Paulo Roberto Almeida Campos, Secretário da Comissão, a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA

7ª Reunião realizada em 19 de abril de 1990

Às dez horas do dia dezoito de abril de mil novecentos e noventa, na sala da Comissão, sob a presidência do Sr. Senador Cid Sabóia de Carvalho, Presidente, reúne-se a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania com a presença dos Srs. Senadores Jutahy Magalhães, Wilson Martins, Carlos Patrocínio, Francisco Rollemberg, Mansueto de Lavor, Maurício Corrêa, Jarbas Passarinho, José Paulo Bisol, Afonso Sancho, Mauro Benevides, Aluizio Bezerra, João Castelo, Lourival Baptista, Edison Lobão e Meira Filho. Deixam de comparecer, por motivo justificado, os Srs. Senadores Leite Chaves, Márcio Lacerda, Leopoldo Peres, Marcondes Gadelha, Odacir Soares, Chagas Rodrigues, Afonso Arinos e Olavo Pires. Havendo número regimental, o Sr. Presidente declara abertos os trabalhos e dispensa a leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. A seguir, passa-se à apreciação das matérias constantes da pauta, na ordem determinada pelo Sr. Presidente. Item 01 — Projeto de

Resolução nº 015 DE 1990, de autoria dos Srs. Senadores Ney Maranhão e Marco Maciel, que autoriza a instalação, nas dependências do Senado Federal, de Gabinete do Líder do Governo, e dá outras providências. Relator: Senador Jutahy Magalhães. Pare-

cer: pela aprovação do Projeto de Resolução. Não havendo discussão, o Sr. Presidente coloca em votação a matéria, que recebe aprovação unânime. Item 2 — Projeto de Lei do Senado nº 98, DE 1988, de autoria do Sr. Senador Francisco Rollemberg, que dá nova redação ao art. 146 da Lei nº 1.711, de 28 de outubro de 1952. — (deliberação terminativa) — Relator: Senador Olavo Pires. Parecer: pela inconstitucionalidade do projeto. A referida matéria, com vista deferida em reunião anterior ao Sr. Senador Aureo Melo, é devolvida nesta data, com voto em separado pela sua aprovação quanto à constitucionalidade. Em fase de discussão, fazem uso da palavra em considerações ao assunto os Srs. Senadores Maurício Corrêa, Afonso Sancho, Mauro Benevides, Aluizio Bezerra, Wilson Martins, Mansueto de Lavor e Carlos Patrocínio. Colocado em votação, é recusado o parecer do relator por dez votos contra dois, passando a constituir parecer da Comissão, o voto em separado oferecido pelo Sr. Senador Aureo Melo, concluindo pela aprovação da matéria quanto à constitucionalidade. Item 3 — Projeto de Lei do Senado nº 207, DE 1989, de autoria do Senador Odacir Soares, que altera o art. 4º e seu § 2º da Lei nº 5.108, de 21 de setembro de 1986, que institui o Código Nacional de Trânsito, para aumentar o número de membros do Conselho Nacional de Trânsito, mediante a inclusão de um representante do Sindicato da Indústria de Reparação de Veículos e Acessórios. — (deliberação terminativa) — O relator, Senador Mansueto de Lavor, emite parecer pela rejeição do Projeto. Não havendo discussão, coloca-se em votação o parecer, que recebe aprovação unânime. Item 4 — Projeto de Lei do Senado nº 265, DE 1989, de autoria do Sr. Senador Dirceu Carneiro, que dispõe sobre as Comissões Parlamentares de Inquérito. — (deliberação terminativa) — O Sr. Senador Mansueto de Lavor, emite parecer pela constitucionalidade, juridicidade e aprovação quanto ao mérito, com emenda nº 01 que oferece. Não havendo discussão, coloca-se em votação o parecer do relator, que é aprovado por unanimidade. Item 6 — Projeto de Lei do Senado nº 261, DE 1989, de autoria do Sr. Senador Francisco Rollemberg, que acrescenta dispositivos, após o art. 242, do Título II, do Código Eleitoral — (Lei nº 4.737, de 1965, com suas alterações) — (deliberação terminativa). O Sr. Senador Mauro Benevides, na qualidade de relator, emite parecer pela constitucionalidade e juridicidade, e aprovação quanto ao mérito. Não havendo discussão, é colocada em votação a matéria, que recebe aprovação unânime; abstém-se de votar o Sr. Senador Francisco Rollemberg. Item 7 — Projeto de Lei do Senado nº 128, DE 1989, de autoria do Sr. Senador Mário Maia, que estabelece os limites entre os Estados do Acre, Amazonas e Rondônia, e regulamentam o § 5º do art. 12 das Disposições Constitucionais Transitórias. — (deliberação terminativa) — Relator: Senador Leite Chaves. Parecer: pela rejeição do projeto.

Após leitura do parecer, o Sr. Senador Aluizio Bezerra solicita vista da matéria, no que, é atendido pela Presidência. Item 8 — Projeto de Lei do Senado nº 188, DE 1989, de autoria do Sr. Senador Antônio Luiz Maya, que dispõe sobre a realização de levantamentos periciais em acidentes de trânsito, causados por veículo automotor. (deliberação terminativa) Relator: Senador Meira Filho. Parecer: pela constitucionalidade e juridicidade e, aprovação quanto ao mérito. Matéria com vista deferida em reunião anterior ao Sr. Senador Maurício Corrêa, que devolve-a com voto em separado, contrário quanto ao mérito. Não havendo discussão coloca-se em votação o parecer do relator, que é rejeitado, passando a constituir parecer da Comissão o voto do Sr. Senador Maurício Corrêa, que recebe aprovação unânime. Item 10 — Projeto de Lei do Senado nº 320, DE 1985, de autoria do Senador Roberto Saturnino, que dispõe sobre concessão do adicional de insalubridade aos trabalhadores da categoria dos aeroviários, nas funções que especifica (deliberação terminativa). Relator: Senador Maurício Corrêa. Parecer: pela constitucionalidade e juridicidade da matéria, com aprovação quanto ao mérito. Não havendo discussão, coloca-se em votação o parecer, que recebe aprovação unânime. Item 12 — Projeto de Lei do Senado nº 35, DE 1989, de autoria do Senador João Menezes, que extingue o Conselho Monetário Nacional e a Secretaria Especial de Administração de Preços. (deliberação terminativa) Relator: Senador Jutahy Magalhães. Parecer: pela rejeição da matéria, pela inconstitucionalidade. Não havendo discussão, coloca-se em votação o parecer do relator que recebe aprovação unânime. Item 19 — Projeto de Lei do Senado nº 308, DE 1989, de autoria do Senador Francisco Rollemberg, que institui o Cadastro Nacional de Infrações Penais e dá outras providências. (deliberação terminativa) O relator, Senador Maurício Corrêa oferece parecer pela constitucionalidade, juridicidade e aprovação quanto ao mérito. Não havendo discussão, passa-se à votação da matéria que recebe aprovação unânime. Item 28 — Projeto de Lei da Câmara nº 59, DE 1989, de autoria do Deputado Aldo Arantes, que altera os arts. 176 e 177 da Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965, que institui o Código Eleitoral, com as alterações promovidas pelas Leis nº 6.989, de 5 de maio de 1982, e 7.332, de 1º de julho de 1985, e dá outras providências. O Sr. Senador Maurício Corrêa, na qualidade de relator, oferece parecer pela constitucionalidade e juridicidade e aprovação quanto ao mérito. Não havendo discussão, é colocada em votação a matéria, que recebe aprovação unânime. Item 30 — Projeto de Lei do Senado nº 114, DE 1986, de autoria do Sr. Senador Jutahy Magalhães, que dispõe sobre o calendário escolar nas zonas rurais e determina outras providências. (deliberação terminativa) O Sr. Senador Aluizio Bezerra emite parecer concluindo pela constitucionalidade e juridicidade e aprovação quan-

to ao mérito. Não havendo discussão, coloca-se em votação o parecer que recebe aprovação unânime. Abstém-se de votar o Sr. Senador Jutahy Magalhães. Item 33 — Projeto de Decreto Legislativo nº 006, DE 1985, que aprova os textos da Convenção nº 137 e da Recomendação nº 145, da Organização Internacional do Trabalho, relativas às repercussões sociais dos novos métodos de processamento de carga nos portos, adotadas em Genebra, em 25 de junho de 1973, durante a 58ª Sessão da Conferência Internacional do Trabalho. O Sr. Senador Maurício Corrêa, relator da matéria, emite parecer concluindo pela realização de diligências junto ao Poder Executivo. Não havendo discussão, é colocado em votação o parecer, que é aprovado por unanimidade. Item 34 — Projeto de Lei

da Câmara nº 70, DE 1989, do Poder Executivo, que altera o art. 3º da Lei nº 6.849, de 12 de novembro de 1980, que fixa os valores de retribuição da categoria funcional de Agente de Vigilância e dá outras providências. O Sr. Senador Leite Chaves, relator da matéria, oferece parecer concluindo pela constitucionalidade e juridicidade, e aprovação quanto ao mérito. Não havendo discussão, coloca-se em votação a matéria que recebe aprovação unânime. Item 50 — Projeto de Decreto Legislativo nº 63, DE 1989, da Mesa, que ratifica o Fundo Rotativo da Câmara dos Deputados, e dá outras providências. Com a palavra o Sr. Senador Jutahy Magalhães, que oferece parecer concluindo pela constitucionalidade e juridicidade, e

aprovação quanto ao mérito. Não havendo discussão, passa-se à votação da matéria que recebe aprovação unânime. Item 55 — Projeto de Lei da Câmara nº 91, DE 1989, de autoria do Poder Executivo, que concede anistia às pessoas envolvidas nos fatos que menciona. O Sr. Senador Edison Lobão emite parecer pela aprovação do Projeto. Não havendo discussão é colocado em votação o esta oportunidade, evidencia-se a falta de quorum mínimo para deliberações, o Sr. Presidente encerra os trabalhos da presente reunião deixando adiados os demais itens da pauta. Nada mais havendo a tratar, eu, Vera Lúcia Lacerda Nunes, lavro a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente.

MESA

Presidente

Nelson Carneiro — PMDB — RJ

1º-Vice-Presidente

Iram Saraiva — PDT — GO

2º-Vice-Presidente

Alexandre Costa — PFL — MA

1º-Secretário

Mendes Canale — PMDB — MS

2º-Secretário

Divaldo Suruagy — PFL — AL

3º-Secretário

Pompeu de Sousa — PSDB — DF

4º-Secretário

Lourenberg Nunes Rocha — PTB — MT

Suplentes de Secretário

Nabor Júnior — PMDB — AC

Aureo Mello — PMDB — AM

Antonio Luiz Maya — PDC — TO

Lavoisier Maia — PDS — RN

LIDERANÇA DA MAIORIA

Líder

Rachid Saldanha Derzi

Vice-Líderes

João Menezes

Leopoldo Peres

Edison Lobão

João Calmon

Carlos Alberto

LIDERANÇA DO PMDB

Líder

Ronan Tito

Vice-Líderes

Nelson Wedekin

Leopoldo Peres

Leite Chaves

Raimundo Lira

Ronaldo Aragão

Cid Sabóia de Carvalho

João Calmon

Mauro Benevides

LIDERANÇA DO PFL

Líder

Edison Lobão

Vice-Líderes

Odacir Soares

João Lobo

LIDERANÇA DO PSDB

Líder

Fernando Henrique Cardoso

Vice-Líderes

Chagas Rodrigues

LIDERANÇA DO PDS

Líder

Jarbas Passarinho

LIDERANÇA DO PTB

Líder

Carlos Alberto

Vice-Líder

LIDERANÇA DO PDC

Líder

Moisés Abrão

Vice-Líder

Carlos Patrocínio

LIDERANÇA DO PDT

Líder

Mário Maia

Vice-Líder

Maurício Corrêa

LIDERANÇA DO PSB

Líder

Jamil Haddad

LIDERANÇA DO PMB

Líder

Ney Maranhão